PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS

MANTEIGAS

2019 - 2028

CADERNO II

PLANO DE AÇÃO

Caderno II – Plano de Ação

1 - Enquadramento do plano no âmbito do sistema de gestão territorial e no Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios 5
Enquadramento do Plano de Defesa da Floresta no Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios 6
Enquadramento do Plano de Defesa da Floresta no Plano Regional de Ordenamento Florestal da Beira Interior Norte (PROF-BIN) 7
Implicações para o PMDFCI 13

2 - Análise do risco, da vulnerabilidade aos incêndios e zonagem do território 16
2.1 – Mapa de Combustíveis Florestais 17
2.2 – Cartografia de Risco. 18
2.3 – Mapa de Prioridades de Defesa. 20
3 - Objetivos e metas do PMDFCI 21
4 - Eixos estratégicos 27
1º - Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais. 28
Levantamento da rede regional de defesa da floresta contra incêndios 28
Rede viária florestal 34
Rede de pontos de água 36
Silvicultura no âmbito da DFCI 37
Planeamento das ações referentes ao 1º Eixo estratégico 38
Rede de FGC e MPGC 43
Implantação de novos edifícios fora das áreas edificadas consolidadas 44
Rede Viária Florestal 45
Rede de Pontos de Água 46
Metas e indicadores 48
Estimativa de orçamento e responsáveis 50
2º - Redução da Incidência dos Incêndios 53
Avaliação 54
Comportamentos de risco 55
Fiscalização 56
Planeamento das ações referentes ao 2º Eixo estratégico 57
Sensibilização 57
Fiscalização 58

Metas e indicadores 59
Estimativa de orçamento e responsáveis.....61
3º - Melhoria da Eficácia do Ataque e da Gestão dos Incêndios.....62
Vigilância e deteção 64
Metas e indicadores 67
Estimativa de orçamento e responsáveis 68
4º - Recuperar e Reabilitar os Ecossistemas.....70
Estabilização de emergência.....73
Reabilitação de povoamentos e habitats florestais.....74
Planeamento referente ao 4º Eixo estratégico.....74
5º - Adoção de uma Estrutura Orgânica Funcional e Eficaz 77
Planeamento das ações referentes ao 5º Eixo estratégico.....78
Formação.....79
Organização SDFCI 80
Estimativa de orçamento para implementação do PMDFCI.....81
4 - Anexo – Cartografia de Pormenor 83

1

ENQUADRAMENTO DO PLANO NO ÂMBITO DO SISTEMA DE GESTÃO TERRITORIAL E NO SISTEMA DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS

1. Enquadramento do Plano no âmbito do Sistema da Gestão Territorial e no Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios

O principal objetivo do Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) é o de produzir uma ferramenta de trabalho, ao nível do concelho, que permita a implantação das disposições presentes no mesmo Plano e que sirva de instrumento para todas as entidades que integram o Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios (DFCI).

De modo a dar cumprimento ao artigo 10º do Decreto-Lei nº 124/2006, de 28 de junho, alterado pelo D.L. nº 17/2009, de 14 de janeiro, com a redação atual da Lei nº 76/2017, de 17 de agosto, a Resolução de Conselho de Ministros nº 65/2006, de 26 de maio, bem como a portaria nº 1139/2006, de 25 de outubro, que estabelece a estrutura tipo, o PMDFCI de Manteigas contém as ações necessárias à DFCI, ao nível da prevenção, previsão e programação integral das intervenções que respeitam às diferentes entidades envolvidas.

O Decreto-Lei nº 14/2004, de 8 de maio, cria as Comissões Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios (CMDFCI). Estas são o centro de coordenação e ação local de âmbito municipal, tendo como missão coordenar as ações e promover a sua execução no que diz respeito à DFCI. São atribuições da CMDFCI avaliar e emitir parecer prévio sobre o Plano Municipal de Defesa Floresta Contra Incêndios.

A elaboração do PMDFCI foi sustentada nas características específicas do território, nomeadamente as decorrentes da sua natureza rural e das funções dominantes desempenhadas pelos espaços florestais, bem como nas orientações emanadas no Plano Regional de Ordenamento do Território.

É com este espírito que, a nível municipal, é operacionalizada e implementada a estratégia da DFCI. As ações que sustentam o PMDFCI procuram satisfazer os objetivos e as metas preconizadas nos cinco eixos estratégicos definidos no Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI), estando organizadas e hierarquizadas em função do impacto esperado na resolução dos problemas identificados no concelho.

Enquadramento do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios no Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios

O Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios deverá ser o instrumento orientador das diferentes ações, políticas e orientações das diversas entidades que compõem a CMDFCI. Esta Comissão, na dependência hierárquica e funcional do Presidente da Câmara Municipal, deverá acompanhar de perto todo o trabalho de planeamento da prevenção e a sua operacionalização das ações de silvicultura preventiva (limpeza de matos, limpeza e beneficiação de caminhos, criação de zonas de descontinuidade, acessos

às manchas florestais), propondo medidas para a beneficiação de estruturas de apoio ao combate aos incêndios (rede viária, rede divisional e pontos de água).
As ações de DFCI, a sensibilização e formação junto das populações, para a tomada de consciência de práticas erradas do uso do fogo e a necessidade de implementação de medidas de autodefesa e o aumento da fiscalização por parte do SEPNA/GNR, deverão ser operacionalizadas, a nível municipal, em sede da CMDFCI.
O PMDFCI assume, como período temporal para o desenvolvimento das políticas sectoriais para a concretização dos objetivos e ações, um período da vigência de dez anos, estando sujeito a revisão sempre que se justifiquem alterações aos objetivos e metas preconizadas, ou alterações em elementos estruturantes do mesmo, nomeadamente, no desenho das redes de Defesa da Floresta Contra Incêndios, na carta de perigosidade e nas regras relativas à dimensão das faixas de combustível, para efeitos do cumprimento do artigo 16ª do Decreto-lei nº 124/2006, na sua atual redação, ou quando ocorram alterações no quadro legal aplicável à DFCI, não resultando daí alteração no período da vigência, de acordo com nº 1 do artigo 5ª do Despacho nº 443-A/2018, de 9 de janeiro, alterado pelo Despacho nº 1222-B/2018, de 2 de fevereiro.

O PMDFCI é elaborado em consonância com os seguintes instrumentos:

- Plano Diretor Municipal (PDM);
- Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI);
- Plano Regional de Ordenamento Florestal (PROF);
- Plana Distrital de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PDDFCI);
- Orientações estratégicas para a recuperação das áreas ardidas;
- Estratégia Nacional para as Florestas.

Enquadramento do Plano de Defesa da Floresta no Plano Regional de Ordenamento Florestal da Beira Interior Norte (PROF - BIN)

O PROF-BIN tem um período máximo de vigência de 20 anos, contados a partir da data da sua publicação (24-07-2006). Pode ser sujeito a alterações periódicas, a concretizar de cinco em cinco anos, tendo em consideração os relatórios anuais de execução, necessários ao seu acompanhamento, tal como definido na monitorização destes planos e nos termos da legislação em vigor. Está sujeito a alterações intermédias, sempre que ocorra qualquer fator relevante que as justifique.

Medidas de intervenção comuns

Segundo o PROF-BIN, o concelho de Manteigas encontra-se abrangido por duas sub-regiões homogéneas: Torre e Estrela, mas em toda a região da Beira Interior Norte serão adotadas as seguintes medidas de intervenção comum:

a) Promover campanhas de sensibilização junto da população local, para a prevenção de incêndios florestais;

b) Controlo da carga de combustível em locais de maior risco, como seja todas as infraestruturas rodoviárias e ferroviárias, aterros sanitários, parques industriais, parques de merendas e outros locais que se considerem potencialmente perigosos;

c) Aumentar o número de Sapadores Florestais e intensificar a sua ação em áreas consideradas de maior risco de incêndio;

d) Reduzir a continuidade horizontal da vegetação de forma a garantir que não subsistam grandes manchas contínuas de vegetação e/ou biomassa de acordo com as normas estabelecidas para a defesa da floresta contra incêndios;

e) Aumentar a eficácia da deteção e da primeira intervenção em incêndios florestais;

f) Manter atualizado e disponível para os gestores e proprietários florestais, um conjunto de informações relacionadas com os valores de mercado dos produtos florestais, os montantes associados aos custos de produção por sub-região e uma listagem das empresas e entidades do sector;

g) Implementação de um processo simplificado da atualização do cadastro;

h) Penalização efetiva das situações de não-realização de operações silvícolas mínimas previstas num Plano de Gestão Florestal ou nas ações de prevenção dos incêndios consagradas numa Zona de Intervenção Florestal;

i) Criar mecanismos que permitam a possibilidade do Estado assumir direta ou indiretamente a gestão de áreas abandonadas;

j) Criar formas de privilegiar a aquisição de terrenos confinantes, por parte de sociedades de gestão de fundos imobiliários florestais ou por proprietários florestais confinantes, desde que estes terrenos possam vir a ser integrados nos seus Planos de Gestão Florestal;

k) Criar linhas de crédito bonificado para a aquisição de terrenos pelos comproprietários ou herdeiros;

l) Criar direito de preferência na aquisição de terrenos com dimensão inferior à área mínima obrigatória para a existência de um Plano de Gestão Florestal para os proprietários confinantes;

m) Apoiar a constituição de agrupamentos de produtores conducentes a uma gestão única e profissional;

n) Acesso preferencial a apoios públicos para o conjunto de proprietários que se agreguem, de forma a constituir uma exploração com viabilidade económica;

o) Apoiar a criação de fundos de investimento imobiliário florestal;

p) Criar manuais de silvicultura bem fundamentados e com uma linguagem acessível;

q) Promover ações de formação periódicas e convenientemente divulgadas, para proprietários, gestores, e dirigentes associativos, que abranjam tanto uma componente de gestão dos espaços florestais como uma de comercialização de produtos finais;

r) Constituição de espaços florestais de demonstração de gestão florestal nas Florestas Modelo e de demonstração da gestão florestal sustentável;

s) Estabelecer ensaios de proveniência e de condução de povoamentos florestais, que permitam o melhoramento ou a criação de modelos de silvicultura adequados às potencialidades silvícolas da região;

t) Desenvolver modelos de crescimento e produção para as principais espécies de árvores florestais da região;

u) Desenvolver sistemas de informação de apoio à gestão dos espaços florestais;

v) Realizar periodicamente cartografia de ocupação dos espaços florestais;

w) Realizar periodicamente inventários florestais para a caracterização dos recursos;

x) Apoiar a realização de trabalhos de recolha de informação para o cálculo dos indicadores do plano;

y) Desenvolver um sistema de informação da monitorização do cumprimento das metas e objetivos previstos no plano.

Objetivos específicos da sub-região homogénea Torre:

Nesta sub-região homogénea visa-se a implementação e incrementação das funções de conservação dos habitats, de espécies de fauna e da flora e de geomonumentos, de recreio, enquadramento e estética da paisagem e de proteção. Assim, são estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

a) Adequar a gestão dos espaços florestais às necessidades de conservação dos habitats, de fauna e da flora classificados.

b) Adequar os espaços florestais à crescente procura de valores paisagísticos e de atividades de recreio, nomeadamente:

i) Definir zonas com bom potencial para o desenvolvimento de atividades de recreio e com interesse paisagístico e elaborar planos de adequação destes espaços ao uso para recreio nas zonas identificadas;

ii) Dotar as zonas prioritárias para recreio e com interesse paisagístico com infraestruturas de apoio;

iii) Adequar o coberto florestal nas zonas prioritárias para a sua utilização para recreio e com interesse paisagístico;

iv) Controlar os impactos dos visitantes sobre as áreas de conservação.

c) Recuperar as áreas em situação de maior risco de erosão;

d) Desenvolver a atividade silvopastoril, nomeadamente:

i) Aumentar o nível de gestão dos recursos silvopastoris e o conhecimento sobre a atividade silvopastoril;

ii) Integrar totalmente a atividade silvopastoril na cadeia de produção de produtos certificados.

e) Aumentar o nível de gestão dos recursos apícolas e o conhecimento sobre a atividade apícola e integrar a atividade na cadeia de produção de produtos certificados.

Modelos de silvicultura para a sub-região Torre:

As espécies arbóreas e correspondentes modelos de silvicultura a incentivar e privilegiar nesta sub-região são os constantes do seguinte quadro:

Espécie	Modelo de Silvicultura	Localização
Pinheiro-bravo	Povoamento puro de pinheiro-bravo, para produção de lenho Povoamento misto de pinheiro-bravo e castanheiro, para produção de lenho	Toda a sub-região
Carvalho-alvarinho	Povoamento puro de carvalho-alvarinho, para produção de lenho	Toda a sub-região
Carvalho-negral	Povoamento puro de carvalho-negral, para produção de lenho e fruto	Toda a sub-região
Castanheiro	Povoamento puro de castanheiro em alto fuste, para produção de lenho Povoamento puro de castanheiro em talhadia, para a produção de lenho Povoamento puro de castanheiro em alto fuste, para produção de fruto	Toda a sub-região

Deverão ainda ser privilegiadas as seguintes espécies:
Teixo (*Taxus baccata*)
Oxicedro (*Juniperus oxycedrus*)
Zimbro (*Juniperus communis*)

Objetivos específicos da sub-região homogénea Estrela:

Nesta sub-região homogénea visa-se a implementação e incrementação das funções de recreio, enquadramento e estética da paisagem, de proteção e de conservação dos habitats, de espécies de fauna e da flora e de geomonumentos.
A fim de prosseguir as funções referidas no número anterior, são estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

a) Adequar os espaços florestais à crescente procura de valores paisagísticos e de atividades de recreio, nomeadamente:

i) Definir as zonas com bom potencial para o desenvolvimento de atividades de recreio e com interesse paisagístico e elaborar planos de adequação destes espaços ao uso para recreio nas zonas identificadas;

ii) Dotar as zonas prioritárias para recreio e com interesse paisagístico com infraestruturas de apoio;

iii) Adequar o coberto vegetal nas zonas prioritárias para a utilização para recreio e com interesse paisagístico;

iv) Controlar os impactos dos visitantes sobre as áreas de conservação.

b) Recuperar as áreas em situação de maior risco de erosão;

c) Adequar a gestão dos espaços florestais às necessidades de conservação dos habitats, de fauna e da flora classificados.

d) Desenvolver a atividade silvopastoril, nomeadamente:

i) Aumentar o nível de gestão dos recursos silvopastoris e o conhecimento sobre a atividade silvopastoril;

ii) Integrar totalmente a atividade silvopastoril na cadeia de produção de produtos certificados;

e) Desenvolver o ordenamento dos recursos piscícolas;

f) Aumentar o nível de gestão dos recursos apícolas e o conhecimento sobre a atividade apícola e integrar a atividade na cadeia de produção de produtos certificados;

g) Promover a produção de produtos não-lenhosos, nomeadamente a castanha, os cogumelos, e as ervas aromáticas, condimentares e medicinais.

Modelos de silvicultura para a sub-região Estrela:

As espécies arbóreas e correspondentes modelos de silvicultura a incentivar e privilegiar nesta sub-região são os constantes do seguinte quadro:

Espécie	Modelo de Silvicultura	Localização
Azinheira	Povoamento puro de azinheira, para produção de fruto e lenho	Nos Concelhos da Guarda, de Manteigas, a Este do Concelho de Celorico da Beira, entre Vale de Azares e Salgueiro de Baixo, e na Covilhã (exceto a Oeste de Tortozendo)
Carvalho-alvarinho	Povoamento puro de carvalho-alvarinho, para a produção de lenho	Toda a sub-região
Carvalho-negral	Povoamento puro de carvalho-negral, para produção de lenho e fruto	Toda a sub-região, exceto a Sul de Verdelhos e a Oeste da Covilhã
Castanheiro	Povoamento puro de castanheiro em alto fuste e talhadia para a produção de lenho Povoamento puro de castanheiro em alto fuste, para produção de fruto	Toda a sub-região

Deverão ainda ser privilegiadas as seguintes espécies:

Amieiro (*Alnus glutinosa*)

Azevinho (*Ilex aquifolium*)

Cedro do atlas (*Cedrus atlantica*)

Cerejeira (*Prunus avium*)

Cipreste-comum (*Cupressus sempervirens*)

Cipreste-de-Lawson (*Chamaecyparis lawsoniana*)

Cipreste-do-buçaco (*Cupressus lusitânica*)

Faia (*Fagus sylvatica*)

Freixo (*Fraxinus angustifolia*)

Medronheiro (*Arbutus unedo*)

Nogueira (*Juglans regia*)

Nogueira-preta (*Juglans nigra*)

Oxicedro (*Juniperus oxycedrus*)

Pinheiro-negro (*Pinus nigra*)

Pinheiro-silvestre (*Pinus sylvestris*)

Salgueiro (*Salix alba*)

Sobreiro (*Quercus suber*)

Teixo (*Taxus baccata*)
Tília (*Tília platyphyllos*)
Vidoeiro (*Bétula celtiberica*)
Zimbro (*Juniperus communis*)

Implicações para o PMDFCI

O PROF-BIN, com entrada em vigor no dia 25 de Julho de 2006 (art.º 4.º do Decreto Regulamentar n.º12/2006 de 24 de julho), compreende orientações estratégicas para o sector florestal regional, que vinculam diretamente todas as entidades públicas e enquadram todos os projetos a desenvolver nos espaços florestais públicos e privados (art.º 6.º do mesmo decreto), com implicações ao nível da elaboração e execução dos PMDFCI. O PROF-BIN tem um prazo de vigência de 20 anos (art.º 47.º) e pode ser sujeito a alterações periódicas de cinco em cinco anos, baseado nos relatórios anuais de acompanhamento ou sempre que ocorra qualquer facto relevante (art.º 48.º).

Quadro resumo das implicações para o PMDFCI

	Art.º	Descrição
Corredores Ecológicos	n.º4 do art.10.º	Os corredores ecológicos devem ser compatibilizados com as redes regionais de defesa da floresta contra incêndios (RRDFCI).
Zonas Críticas	42.º	O planeamento das zonas críticas, demarcadas em sede de PROF-BIN, e a aplicação das medidas definidas nos artigos 43.º e 44.º devem estar concluídas num prazo de 2 anos, refletindo-se no programa de ação do PMDFCI.
Gestão de Combustíveis	43.º	Define conjunto de medidas a aplicar na gestão de combustíveis, com implicações para o programa de ação referente à silvicultura preventiva.
RRDFCI	44.º	Define as componentes da RRDFCI e competência das diferentes entidades. Declaração de utilidade pública.
Edificações	46.º	Condiciona a classificação, qualificação e reclassificação do solo mediante a classificação do risco de incêndio dos PMDFCI. Interdita a edificação em áreas classificadas de risco de incêndio elevado ou muito elevado.

Funções principais a considerar no âmbito do planeamento florestal

Função Principal	Concelho de Manteigas Classificação		Subfunção	Bens e Serviços
Produção	Sem especial relevância	Contribuição dos espaços florestais para o bem-estar material das sociedades rurais e urbanas	Produção de Madeira	Produção de toros, rolaria, raízes, etc.
			Produção de cortiça	Produção de cortiça
			Produção de biomassa para energia	Produção de lenha, carvão, biomassa para centrais energéticas, etc.
			Produção de frutos e sementes	Produção de pinhão, castanha, noz, medronho, alfarroba, etc.
			Produção de outros materiais vegetais e orgânicos	Produção de resinas, folhagens, vimes, cascas, árvores, cogumelos, plantas alimentares, aromáticas e medicinais, etc.
Protecção	Muito importante	Contribuição dos espaços florestais para a manutenção das geocineses e das infraestruturas antrópicas	Protecção da rede hidrográfica	Protecção das margens, manutenção da qualidade de água, etc.
			Protecção contra a erosão eólica	Fixação das areias móveis
			Protecção contra a erosão hídrica e cheias	Fixação de vertentes, correção torrencial, amortecimento de cheias, etc.
			Protecção microclimática	Compartimentação de campos agrícolas, interceção de nevoeiros, etc.
			Protecção ambiental	Filtragem de partículas e poluentes atmosféricos, fixação de CO_2

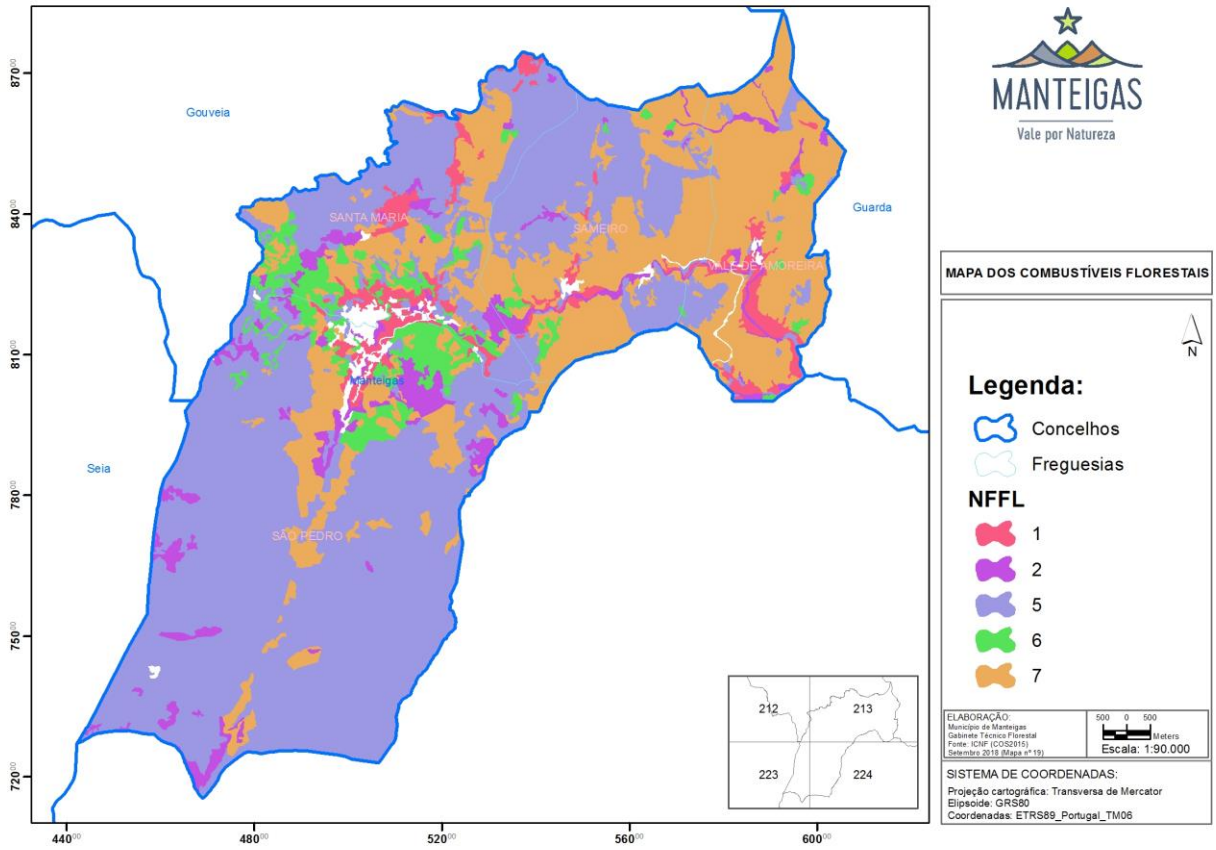
Função Principal	Concelho de Manteigas Classificação		Subfunção	Bens e Serviços
Conservação dos habitats, de espécies de fauna e da flora e de geomonumentos	Importante/Muito importante	Contribuição dos espaços florestais para a manutenção das diversidades biológica e genética e de geomonumentos	Conservação de habitats classificados	Manutenção num estado favorável de conservação de habitats e espécies, classificados como prioritários nos diversos diplomas de nível nacional, europeu e mundial
			Conservação de espécies da flora e da fauna protegida	
			Conservação de geomonumentos	Protecção de jazidas paleontológicas, etc.
			Conservação dos recursos genéticos	Manutenção da riqueza genética
Silvopastorícia, caça e pesca nas águas interiores	Importante/Muito importante	Contribuição dos espaços florestais para o desenvolvimento da caça, pesca e pastorícia	Suporte à caça e conservação das espécies cinegéticas	Enquadramento da atividade cinegética, produção de carne, etc.
			Suporte à pastorícia	Produção de carne, leite, lã, peles, etc.
			Suporte à apicultura	Produção de mel e outros produtos apícolas
			Suporte à pesca em águas interiores	Enquadramento de atividade de pesca nas águas interiores
Recreio, enquadramento e estética da paisagem	Importante/Muito importante	Contribuição dos espaços florestais para o bem-estar físico, psíquico, espiritual e social dos cidadãos	Enquadramento de aglomerados urbanos e monumentos	Enquadramento de sítios arqueológicos, monumentos, zonas urbanas, etc.
			Enquadramento dos equipamentos turísticos	Enquadramento de aldeamentos turísticos, campos de golfe, etc.
			Recreio	Enquadramento de atividades de recreio e contemplação
			Conservação de paisagens notáveis	Composição de paisagens classificadas
			Enquadramento de usos especiais	Enquadramento de campos militares, estabelecimentos prisionais, etc.
			Enquadramento de infraestruturas	Enquadramento de vias de comunicação, zonas industriais, etc.

2

MODELOS DE COMBUSTÍVEIS, CARTOGRAFIA DE RISCO E PRIORIDADES DE DEFESA CONTRA INCÊNDIOS FLORESTAIS

2. MODELOS DE COMBUSTÍVEIS, CARTOGRAFIA DE RISCO E PRIORIDADES DE DEFESA CONTRA INCÊNDIOS FLORESTAIS

2.1. Modelos de Combustíveis Florestais

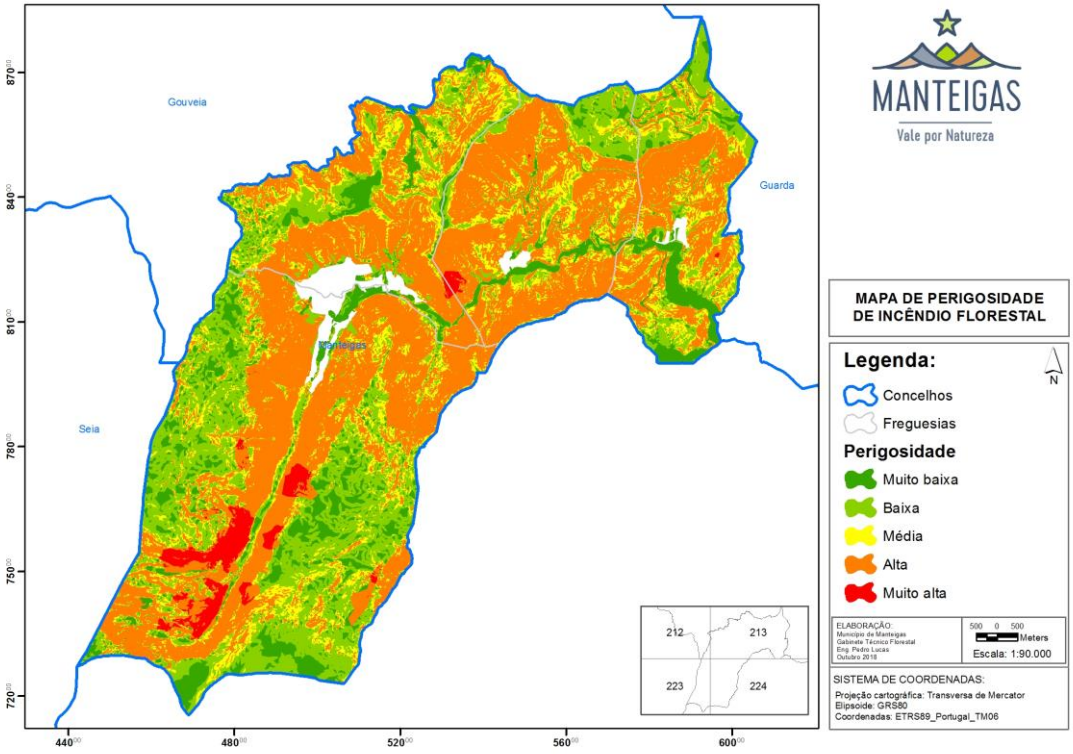


→ No concelho de Manteigas, de acordo com a classificação *Nothern Forest Fire Laboratory*, tendo como base a COS2015, predominam os seguintes modelos de combustível:

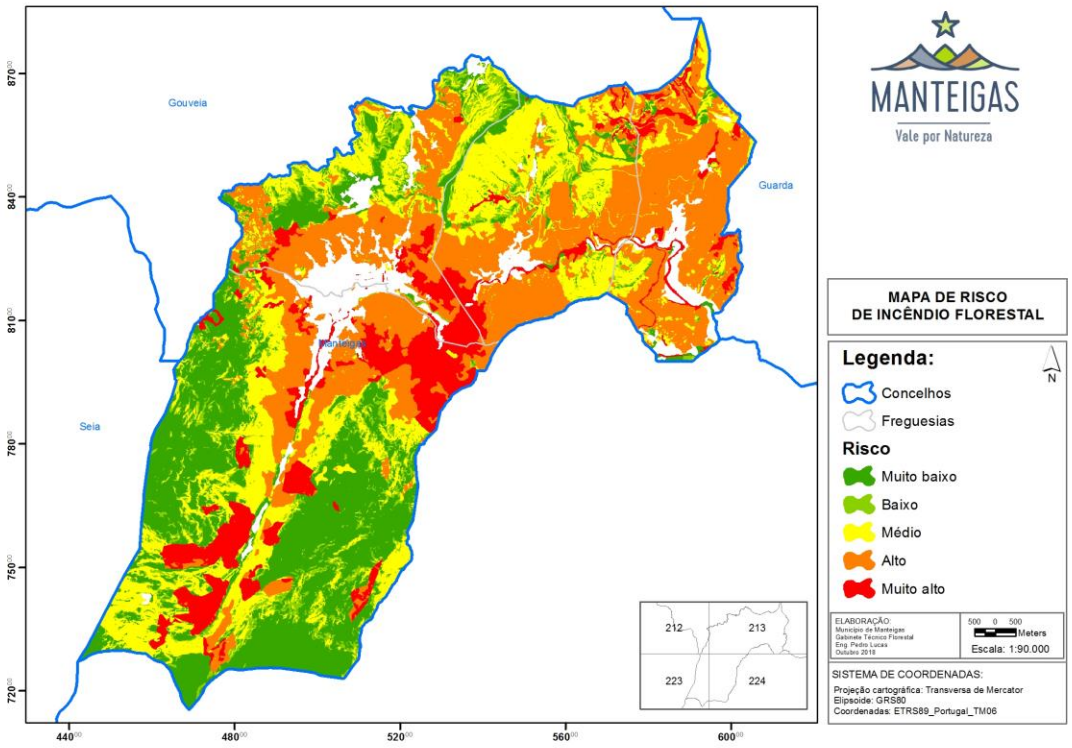
GRUPO	MODELO	DESCRIÇÃO
Herbáceo	1	Pasto fino, seco e baixo, cm altura abaixo do joelho, que cobre completamente o solo. Os matos ou as árvores cobrem menos de 1/3 da superfície. Os incêndios propagam-se com grande velocidade pelo pasto fino. As pastagens com espécies anuais são exemplos típicos.
	2	Pasto contínuo, fino, seco e baixo, com presença de matos ou árvores que cobrem entre 1/3 e 2/3 da superfície. Os combustíveis são formados pelo pasto seco, folhada e ramos caídos da vegetação lenhosa. Os incêndios propagam-se rapidamente pelo pasto fino. Acumulações dispersas de combustíveis podem incrementar a intensidade do incêndio.
Arbustivo	5	Mato denso mas baixo, com uma altura inferior a 0,6m. Apresenta cargas ligeiras de folhada do mesmo mato, que contribui para a propagação do fogo em situação de ventos fracos. Fogos de intensidade moderada
	6	Mato mais velho do que no modelo 5, com alturas compreendidas entre os 0,6 e os 2m de altura. Os combustíveis vivos são mais escassos e dispersos. No conjunto é mais inflamável do que o modelo 5. O fogo propaga-se através do mato com ventos moderados a fortes.
	7	Mato de espécies muito inflamáveis, de 0,6 a 2m de altura, que propaga o fogo debaixo das árvores. O incêndio desenvolve-se com teores mais altos de humidade do combustível morto do que nos outros modelos, devido à natureza mais inflamável dos outros combustíveis vivos.

2.2. Cartografia de risco de incêndio florestal

Mapa de perigosidade de incêndio florestal



Mapa de risco de incêndio florestal



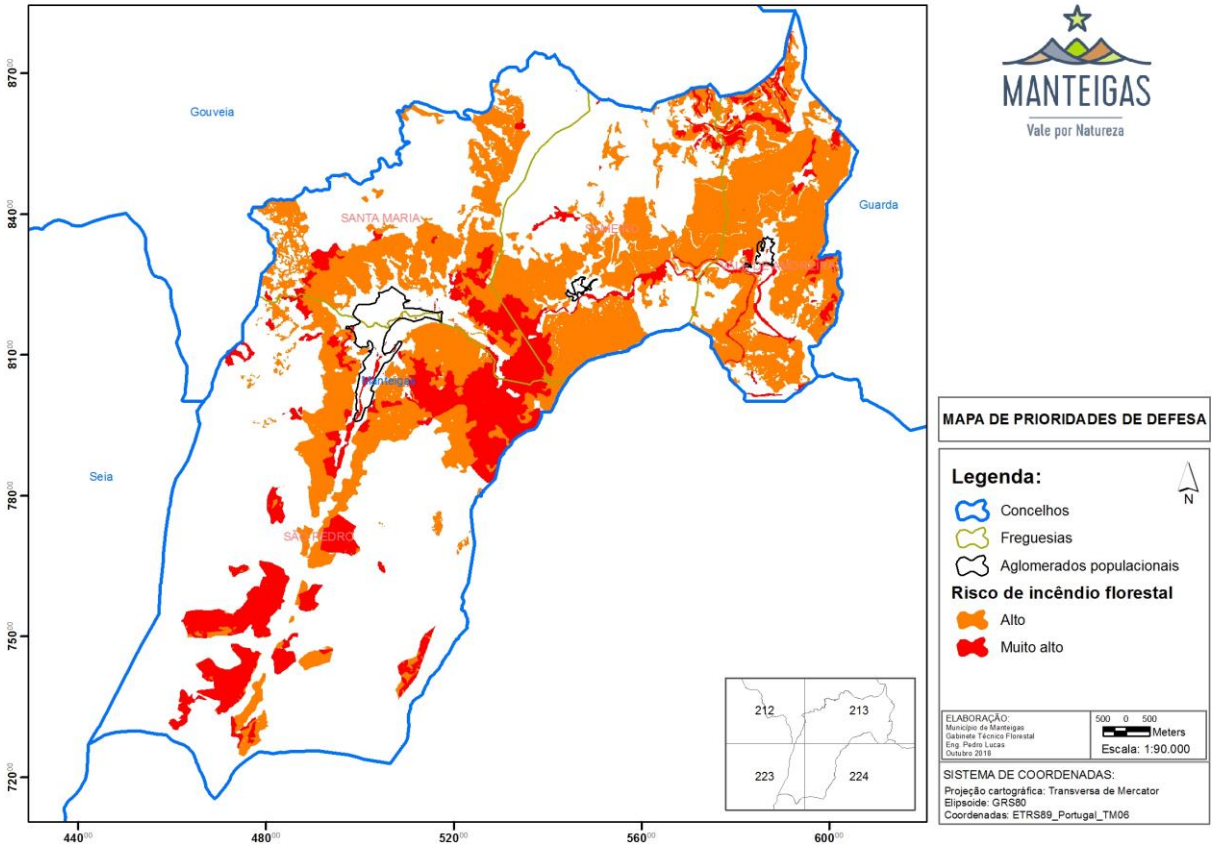
A cartografia de risco é uma ferramenta de apoio ao planeamento, prevenção e redução de área ardida, baseando-se nas características do terreno, e que compreende dois mapas:
→ o mapa da **perigosidade** de incêndio florestal, que resulta da combinação entre a probabilidade e a suscetibilidade, apresentando o potencial do território para a ocorrência de incêndios florestais e que deve ser utilizado para as ações de prevenção;
→ o mapa de **risco** de incêndio florestal, que resulta da combinação da perigosidade com as componentes do dano potencial (vulnerabilidade e valor), e que indica o potencial de perda (valor económico) face à ocorrência de um incêndio florestal, ferramenta utilizada para prevenção mas também no planeamento das ações de supressão.

A cartografia de perigosidade de incêndio florestal também é um forte instrumento de gestão do território ao implicar restrições à edificação, conforme o estipulado nos números 2 e 3 do artigo 16º da Lei n.º 76/2017, de 17 de agosto.

→ O elevado valor paisagístico dos espaços florestais e a existência de locais privilegiados para fins de recreio e lazer constitui uma mais-valia para o concelho de Manteigas. Entre as condicionantes do território está o elevado risco de incêndio, associado à existência de áreas significativas com grande risco de erosão e a elevada suscetibilidade à desertificação.
As áreas de risco de incêndio muito elevado são comuns às zonas de maior altitude e correspondem a áreas deficientes em acessos, pontos de água, visibilidade dos postos de vigia, com povoamentos de resinosas e matos. A deflagração de um incêndio nestas zonas, muitas delas já percorridas pelo fogo, torna uma situação que já é delicada devido à forte erosão das encostas do concelho, num acontecimento dramático do ponto de vista ecológico e de segurança para as populações.

2.3. Prioridades de defesa

Mapa de prioridades de defesa



→ A cartografia de prioridades de defesa teve em consideração os polígonos de risco de incêndio florestal alto e muito alto, e de outros elementos com reconhecido valor ou interesse cultural, ecológico ou outro.

→ As principais prioridades de defesa são as zonas florestais de elevado interesse e as áreas com declives acentuados, onde deverá fixar-se ou manter-se o coberto vegetal. Ainda assim, realça-se a necessidade da preservação de todo o território devido à real importância dos valores em causa.

3

OBJETIVOS E METAS DO PMDFCI

3. Objetivos e metas do PMDFCI

Os objetivos e metas do PMDFCI devem ter por base o preconizado na Resolução do Conselho de Ministros nº 65/2006, de 26 de maio, que anuncia a estratégia nacional para a defesa da floresta contra incêndios.

O aumento da sinistralidade provocada pelos incêndios florestais tem induzido uma consciência generalizada, tanto ao nível da população como entre as entidades públicas, e simultaneamente, propiciado uma melhoria do conhecimento sobre o fenómeno da causalidade dos fogos florestais e quais os meios de luta e prevenção mais eficazes para minorar o problema. No entanto, apesar da maior disponibilidade de recursos humanos e materiais para o seu combate, os resultados revelam uma ineficácia crescente ou flutuante destes meios, tornando-se cada vez mais evidente que só através de uma política baseada em ações de prevenção estrutural e coordenação, se poderá chegar a uma situação estável de redução do risco de incêndio.

Sem esquecer que o fogo é um fenómeno que não pode nem deve ser totalmente eliminado dos ecossistemas florestais, que dele dependem para a manutenção do seu equilíbrio, a política de ordenamento florestal a adotar pelo concelho de Manteigas deverá integrar as estratégias adequadas que permitam obstar ou diminuir os impactos produzidos pelos incêndios.
Assim, terão de ser tomadas medidas de proteção contra incêndios florestais, que integrem cada vez mais ações de prevenção e que englobem os seguintes aspetos fundamentais:

1. **Correção dos erros estruturais e culturais que a generalidade dos povoamentos de resinosas do concelho apresentam, designadamente no que respeita às continuidades verticais e horizontais de cargas de combustíveis**.

   Gestão da vegetação através de corte mecânico de matos

   Preconiza-se a utilização de corta-matos, a atuar fundamentalmente nas áreas de matos e bordadura dos povoamentos, onde não seja possível a aplicação de fogo controlado. Os produtos resultantes do corte serão, sempre que possível, estilhaçados e deixados no terreno de forma a contribuir para o aumento do teor de matéria orgânica no solo e redução dos fenómenos erosivos.

   Gestão da vegetação através de corte manual de matos

   Preconiza-se a limpeza de matos, por faixas ou manchas de dimensão variável, em zonas com intensa regeneração natural de vegetação autóctone, linhas de água ou

locais cujas características orográficas permitam a criação de áreas de contenção do fogo.

Desbaste, desrama e eliminação de resíduos

Conjunto de operações a desenvolver em faixas de dimensão variável, ao longo dos caminhos que atravessam ou ladeiam os povoamentos, faixas que se entrepõem entre povoamentos e áreas agrícolas e/ou de matos onde a probabilidade de utilização de fogo como prática cultural é elevada.

2. **Realização de ações de sensibilização e formação da população em geral, com especial destaque para as classes etárias mais jovens.**

   Para além das ações referidas relativas à gestão da vegetação, é importante a aposta na formação cívica da população.

   Adequar a gestão dos espaços florestais à necessidade de conservação dos habitats de fauna e flora classificados, através da sensibilização dos produtores florestais para a sua importância e aproveitar as diversas oportunidades existentes na área das ações de formação para aumentar a especialização e o conhecimento daqueles que desenvolvem o seu trabalho em atividades relacionadas com a floresta, deve ser uma prioridade.

3. **Investigação das principais causas e fatores que contribuem para a ocorrência de incêndios.**

4. **Estudo e aplicação das técnicas de gestão de combustíveis que melhor se adequam às características e condicionalismos do concelho.**

   Gestão da vegetação através de fogo controlado:

   Consiste na eliminação, através do fogo, da parte aérea dos matos de forma a criar áreas de dimensão variável, dominadas predominantemente por gramíneas e/ou arbustos. Esta técnica é aplicada em áreas de matos e/ou subcoberto de resinosas, pretendendo-se, simultaneamente, criar áreas de pastoreio e quebrar a continuidade vertical e horizontal dos combustíveis.

5. **Construção e beneficiação dos pontos de água.**

   Uma vez realizado o levantamento, caracterização e validação dos pontos de água operacionais distribuídos pelo concelho, existe a necessidade de ser comprovado o seu

estado de conservação antes da época crítica dos incêndios. O acesso deverá ser fácil e rápido e o seu funcionamento deverá ser autónomo.

6. Conservação da Paisagem.

A conservação e a melhoria da paisagem consiste em:

- Incrementar a consciencialização das administrações, dos agentes socioeconómicos e da sociedade em geral sobre o valor da paisagem como recurso e responsabilizá-los na sua conservação e melhoria;
- Incluir específica e sistematicamente a paisagem ao planificar, projetar ou executar qualquer ação que possa ter um impacto direto ou indireto, tanto positivo como negativo sobre a mesma;
- Clarificar o marco normativo relativo à conservação da paisagem, avaliando a sua eficácia, e incentivar a sua aplicação;
- Fomentar a educação e a formação sobre a valorização e a gestão da paisagem a todos os níveis, mediante a inclusão de programas educativos, formação de técnicos especialistas e dos responsáveis da gestão do território;
- Identificar e valorizar a paisagem da região, analisar as suas características, sua dinâmica e as pressões que a afeta. Há que avaliar a sua qualidade, vulnerabilidade e, em definitivo, a sua capacidade para absorver ditas mudanças, assim como conhecer a valorização que a paisagem traz à comunidade que engloba.

A deflagração de incêndios nas áreas de matos, muitas vezes contíguas a povoamentos de espécies florestais resinosas ou autóctones, prende-se sobretudo, com a criação de zonas de pasto. Assim, nestas áreas pretende-se potenciar o aparecimento, em manchas ou faixas, de vegetação herbácea e/ou arbustiva pouco lenhificada com vista à criação de zonas de pasto para o gado e fauna selvagem. Deverão ser planificadas ações de fogo controlado ou promovidas queimadas devidamente licenciadas.

Também no âmbito da silvicultura preventiva poderão ser instaladas cortinas de abrigo, com o objetivo de reduzir localmente a velocidade do vento e intercetar faúlhas e outros materiais incandescentes. Estas deverão estar estrategicamente localizadas em áreas desarborizadas (fundos de vales com elevada pendente, cumeadas, portelas, cristas de escarpa ou faixas de proteção a linhas elétricas) e ser perpendiculares à direção predominante do vento.

As manchas de vegetação autóctone, a par da vegetação ripícola e dos lameiros, constituem efetivas barreiras naturais à propagação de incêndios. Deste modo, preconiza-se a limpeza e

condução de manchas ou núcleos de regeneração natural autóctone sempre que as suas características possam vir a possibilitar a criação de áreas de contenção de fogos.

A gestão das galerias ribeirinhas deverá ter em atenção, por um lado, a maior importância e sensibilidade ecológica destes espaços e, por outro, a necessidade de evitar que estas formações se transformem em corredores preferenciais na propagação dos fogos, como vem sucedendo (devido, quer à topografia, quer à elevada densidade e continuidade do combustível, quer ainda à alta inflamabilidade em condições climatéricas e edáficas desfavoráveis).

Também deve destacar-se a importância do tratamento das Faixas de Redução/Gestão dos Combustíveis (FGC) no planeamento da rede viária estruturante, nacional, municipal e local. Essa abordagem tem como objetivos diminuir a probabilidade da deflagração de fogos nas bermas das estradas, dificultar a propagação de focos nascentes e facilitar a utilização destas vias como pontos de acesso e de apoio ao combate das frentes de fogo.

As FGC, com uma largura mínima de 100 m em redor das povoações, não são desenhadas para parar um fogo, mas sim para conferir às forças responsáveis pelo combate uma maior probabilidade de sucesso no ataque e contenção de um grande incêndio florestal. O desenho das FGC tem em consideração as particularidades da paisagem e o histórico dos (grandes) fogos na região, designadamente no que respeita às causas da ignição, às condições meteorológicas e de combustíveis que propiciam o seu desenvolvimento, provocando incêndios de grande extensão e intensidade. Neste sentido, deverá ser constantemente atendida toda a informação disponível sobre anteriores eventos catastróficos e sobre a sua causalidade, aproveitado o conhecimento de técnicos, guardas-florestais, bombeiros, sapadores e trabalhadores rurais com experiência local em ações de combate e prevenção de fogos. A delimitação das FGC é baseada na rede viária ou noutro tipo de infraestrutura que permita uma delimitação bem definida e capaz de permitir a circulação dos meios de 1ª intervenção e combate.

A eficácia das FGC está dependente da capacidade de, em caso de emergência, nelas se concentrarem os recursos de combate; neste sentido, é fundamental não só o sucesso das estratégias de diminuição do número de ignições em situações meteorológicas de elevado perigo de incêndio, mas também a diminuição do risco potencial das diversas infraestruturas (habitações, etc.). A conceção de uma FGC implica a adoção simultânea de programas de manutenção (em intervalos de 2-5 anos), sem os quais se pode tornar ineficaz e mesmo perigosa. A manutenção deverá, desejavelmente, ser integrada com atividades geradoras de recursos financeiros como a silvopastorícia, a gestão cinegética, a recolha de biomassa para energia, a agricultura ou a produção de frutos silvestres. Igualmente deverá ser otimizada a

utilização dos sapadores florestais ou de outras estruturas locais que operem na gestão de combustíveis.

3.1. Tipologia do concelho

A tipologia do concelho tem em consideração a sua especificidade no que diz respeito a duas variáveis, o número de ocorrências registadas e a consequente área ardida, orientando deste modo os objetivos, as prioridades e as intervenções a desenvolver. Com base no diagnóstico realizado no Caderno I, o concelho de Manteigas está classificado com uma tipologia T2, ou seja, poucas ocorrências e muita área ardida.

3.2. Objetivos e metas

Tendo por base os objetivos e metas estabelecidas no Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, preconizam-se os objetivos e metas anuais de DFCI para 2019-2028.

Objetivos	Metas									
	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
Redução da área ardida	Média da área ardida ser <150ha/ano									
Redução do número de ocorrências	Média do número de ocorrências ser <10/ano									
Redução do número de incêndios >100ha	Média do “número de incêndios >100ha” ser <4/ano									

As metas representadas tiveram em consideração a análise do histórico dos incêndios florestais descrita no Caderno I.

1 º EIXO ESTRATÉGICO

AUMENTO DA RESILÊNCIA DO TERRITÓRIO AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS

3. OBJETIVOS E METAS DO PMDFCI

3.1. 1º Eixo estratégico: Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais

Objetivo estratégico	- Promover a gestão florestal e intervir preventivamente em áreas estratégicas.
Objetivos operacionais	- Proteger zonas de interface urbano/florestal; - Implementar programas de redução de combustíveis; - Definir prioridades de planeamento e execução das infraestruturas de DFCI face ao risco; - Criar e aplicar orientações estratégicas para a gestão das áreas florestais.
Ação	- Criar e manter redes de faixas de gestão de combustível, intervindo prioritariamente nas zonas com maior vulnerabilidade aos incêndios; - Implementar mosaicos de parcelas de gestão de combustível; - Promover ações de silvicultura no âmbito da DFCI; - Criar e manter redes de infraestruturas (rede viária florestal e rede de pontos de água); - Incorporar a rede primária definida em Comissão Distrital de DFCI.

Este eixo tem como objetivo uma melhor organização do território, ao promover a gestão ativa dos espaços silvestres, aplicar estrategicamente sistemas de gestão de combustíveis e desenvolver processos que permitam aumentar o nível de segurança de pessoas e bens e tornar os espaços florestais mais resilientes à ação do fogo. Estes fatores conduzem ao ordenamento do território e ao planeamento florestal, fomentando a estabilização do uso do solo e garantindo que essa ocupação se destina a potenciar a sua utilidade social. O 1º Eixo estratégico consubstancia as áreas definidas no artigo 15º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua redação atual.

3.1.1. Levantamento da Rede da Defesa da Floresta Contra Incêndios (RDFCI)

O principal objetivo é identificar as infraestruturas DFCI presentes na área do concelho de Manteigas, decorrente da estratégia do planeamento regional de defesa da floresta contra incêndios, e que integram as seguintes componentes:

1. Redes de faixas de gestão de combustível (FGC) e mosaicos de parcelas de gestão de combustível (MPGC);
2. Rede viária florestal (RVF);
3. Rede de pontos de água (RPA);
4. Rede de vigilância (PV e LEE).

A RDFCI é constituída por um conjunto de infraestruturas, nomeadamente pela rede de faixas de gestão de combustíveis, mosaicos de parcelas de gestão de combustíveis, rede viária florestal, rede de pontos de água, rede de vigilância e detenção de incêndios e rede de infraestruturas de combate a incêndios florestais.

As redes de faixa de gestão de combustíveis que constituem as redes primárias, secundárias e terciárias, têm um importante papel na prevenção de incêndios florestas, uma vez que reduzem o risco de incêndio, dificultam a propagação dos mesmos e facilitam o seu combate, permitindo a mobilidade e circulação dos meios de prevenção e combate.

O Decreto-Lei nº 124/2006, de 28 de junho, na sua redação atual, define a dimensão e a entidade responsável pela gestão destas faixas.

Objetivos da Rede Primária:

- Diminuição da superfície percorrida por grandes incêndios, permitindo e facilitando uma intervenção direta de combate ao fogo;
- Redução dos efeitos da passagem de incêndios, protegendo de forma passiva vias de comunicação, infraestruturas e equipamentos sociais, zonas edificadas e povoamentos florestais de valor especial;
- Isolamento de potenciais focos de ignição de incêndios.

A Rede Primária foi aprovada em sede de Comissão Distrital de Defesa da Floresta, tendo sido executada entre 2008 e 2012. É uma estrutura que tem carácter supramunicipal e deverá ser mantida regularmente. Durante o período em que se manteve operacional, provou ser eficaz como estrutura de apoio ao combate de vários incêndios. Em termos de DFCI representa uma das grandes apostas do concelho de Manteigas.

Local de Atuação das Redes Primárias:

- Espaço Rural.

Objetivos da Rede Secundária:

- Redução dos efeitos da passagem de incêndios, protegendo de forma passiva vias de comunicação, infraestruturas e equipamentos sociais, zonas edificadas e povoamentos florestais de especial valor;
- Isolamento de potenciais focos de ignição de incêndios.

Local de atuação das Redes Secundárias:

- Nas redes viárias e ferroviárias públicas;
- Nas linhas de transporte e distribuição de energia elétrica;
- Nas envolventes aos aglomerados populacionais e a todas as edificações, aos parques de campismo, às infraestruturas e parques de lazer e de recreio, aos parques e polígonos industriais e aos aterros sanitários.

Obrigatoriedade:

→ Na rede viária é obrigatório providenciar a criação e manutenção de uma faixa lateral do terreno confinante, numa largura não inferior a 10 metros. Estas faixas de gestão de combustíveis serão da responsabilidade:

- da Infraestruturas de Portugal, S.A. na Rede Rodoviária Nacional;
- do Município de Manteigas na Rede Rodoviária Municipal;
- do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas na Rede Viária Florestal sob sua gestão.

→ Nas linhas de transporte de energia elétrica, rede de muito alta e alta tensão e rede de média tensão, é obrigatório providenciar a limpeza de uma faixa correspondente à projeção vertical dos cabos condutores exteriores acrescidos de uma faixa de largura, não inferior a 10 e 7 metros, respetivamente, sendo da responsabilidade da EDP Distribuição – Energia, S.A.

→ Nos aglomerados populacionais inseridos ou confinantes com espaços florestais, é obrigatória a gestão dos combustíveis numa faixa de proteção com largura mínima não inferior a 100 metros, competindo a limpeza à entidade que detenha a administração dos terrenos.

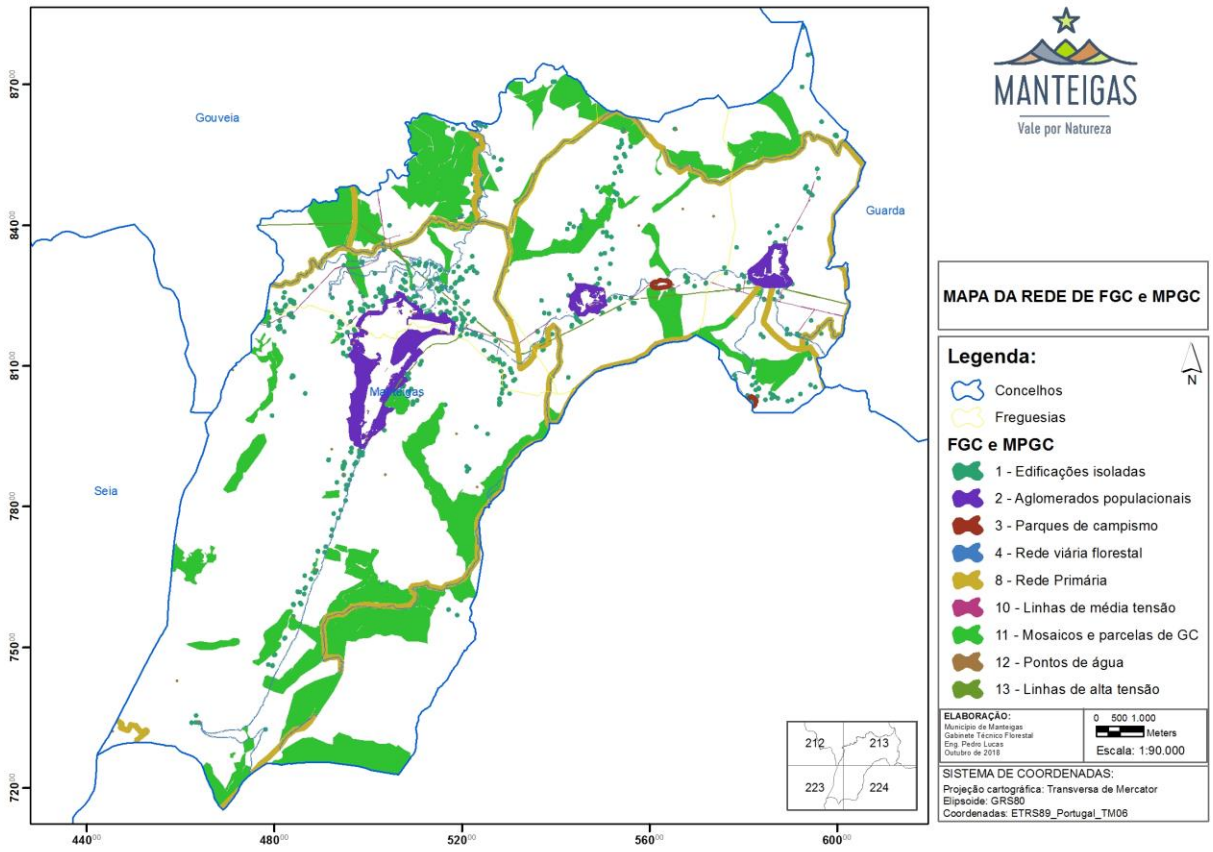
Objetivos da rede terciária:

- Isolamento de potenciais focos de ignição de incêndios.

Local de Atuação das Redes terciárias:

- Rede viária, elétrica e divisional.

Redes de Faixas de Gestão de Combustíveis (FGC) e Mosaico de Parcelas de Gestão de Combustíveis (MPGC)



→ No desenho das FGC e dos MPGC, o objetivo é claro: redução da carga combustível com vista à compartimentação do espaço florestal e à proteção de pessoas e bens.

→ As ações são desenvolvidas com base nas infraestruturas já existentes, tendo-se optado por selecionar aquelas que se revestem de prioridade no que diz respeito à proteção da população e da floresta.

→ As intervenções preconizadas para o decénio 2019-2028 totalizam 3.376ha, o que corresponde a **28%** da área do concelho.

→ Na execução das FGC deverá ser respeitada a deliberação da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Manteigas, tomada, por unanimidade, na reunião

ordinária realizada no dia oito de março de dois mil e dezoito, sobre os **critérios a ter em conta nas faixas de gestão de combustível que abranjam arvoredo com especial valor patrimonial ou paisagístico e outra vegetação protegida no âmbito da conservação da natureza e biodiversidade (conforme previsto pelo Decreto-Lei nº 10/2018, de 14 de fevereiro):**

Considerando

- Que o elevado valor paisagístico dos espaços florestais em presença e a existência de locais privilegiados para fins de recreio e lazer, constitui uma mais-valia para o concelho de Manteigas, com forte influência socioeconómica na comunidade;
- Que o valor dos espaços florestais para recreio e lazer se relaciona diretamente com a qualidade paisagística que oferecem, com a sua acessibilidade e com a capacidade de acolhimento que proporcionam;
- Que a gestão do património paisagístico deverá ser conduzida no sentido de minimizar impactes visuais negativos, criar diversidade e valor estético e providenciar acessos a infraestruturas de acolhimento;
- Que a conservação e a melhoria da paisagem também consiste em avaliar a sua qualidade e vulnerabilidade;
- Que as manchas de vegetação autóctone, a par da vegetação ripícola e dos lameiros, constituem efetivas barreiras naturais de atenuação à propagação dos incêndios.
- Que os modelos de silvicultura definidos no Plano Regional de Ordenamento Florestal da Beira Interior Norte, tanto para a sub-região Torre como para a sub-região Estrela, onde Manteigas se insere, incentivam e privilegiam as espécies arbóreas como o carvalho-negral, o castanheiro, a azinheira, o teixo, o azevinho, o vidoeiro ou o freixo, espécies bastante representativas do espaço florestal do concelho;
- O elevado valor patrimonial dos povoamentos instalados pelos Serviços Florestais no concelho de Manteigas, o seu legado secular e a função de estabilização dos solos que estas arborizações cumprem;
- A relevância patrimonial do povoamento de pseudotsugas, instalado no início do século passado na encosta da Carvalheira/Pousada de São Lourenço, descrito no livro “Árvores Monumentais de Portugal” (Eng. Silvicultor Ernesto Goês, Portucel, 1984), que atribui o ano de 1905 à primeira plantação da espécie em Portugal: *"Na Serra da Estrela, próximo da Pousada de S. Lourenço a uma altitude de 1 400 metros, foi plantado em 1905 um pequeno povoamento desta espécie, em que as árvores têm presentemente 0,80 a 1,05 metros de D.A.P. e cerca de*

50 metros de altura. Trata-se do povoamento mais espetacular do país, que tem sido admirado mesmo por técnicos americanos, que afirmam não existir no seu país, exemplares maiores com aquela idade";

e ainda,

Atendendo ao enquadramento legal previsto no ponto IV do Anexo ao Decreto-Lei n.º 10/2018, de 14 de fevereiro, referente à definição de critérios específicos de gestão de combustíveis nas faixas de proteção aos edifícios isolados, aos aglomerados populacionais e à rede viária,

→ **Considerou a CMDFCI de Manteigas, por unanimidade, excecionar da aplicação do referido Decreto-Lei, a obrigatoriedade de abater árvores com vista ao cumprimento da distância exigida entre as copas, nas seguintes manchas de arvoredo** (mantêm-se, no entanto, as restantes regras definidas na legislação em vigor):

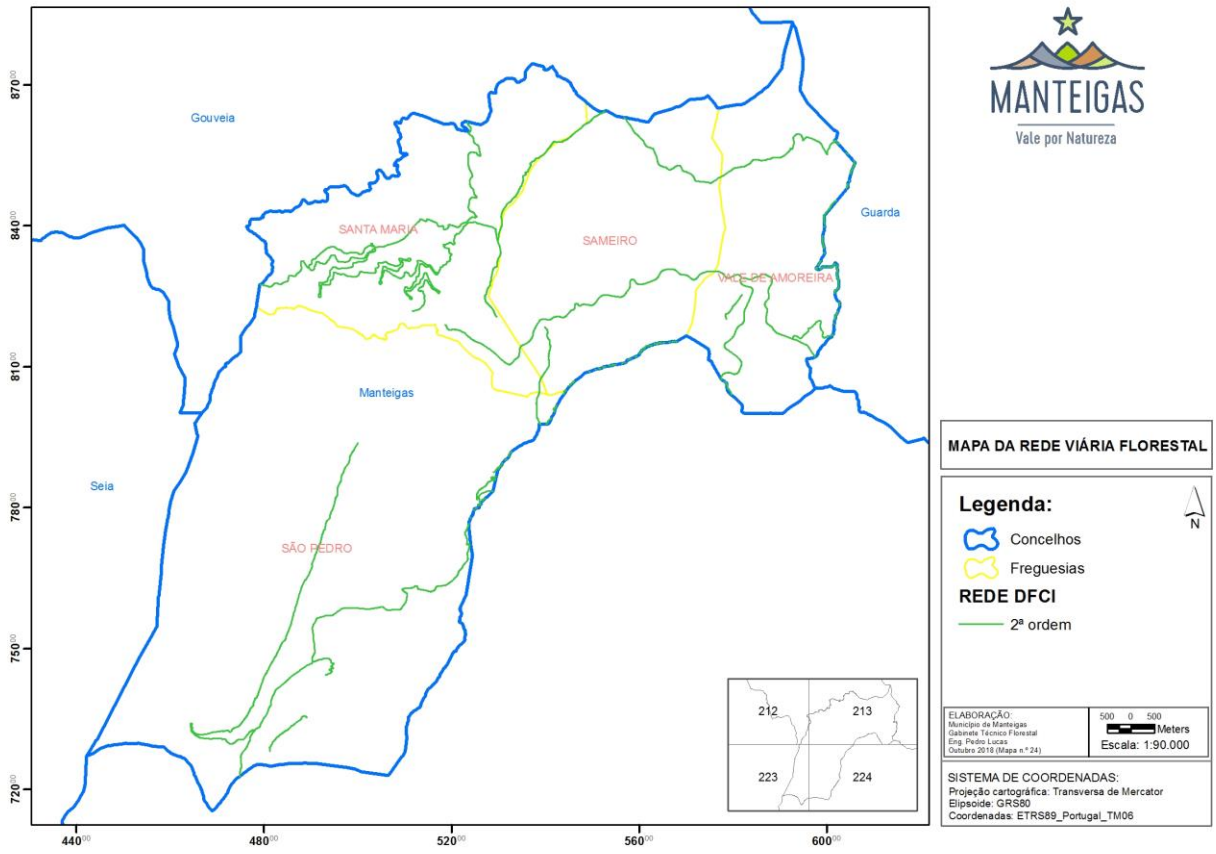
1- **MANCHAS DE ARVOREDO COM ESPECIAL VALOR PATRIMONIAL OU PAISAGÍSTICO:**

Covão d´Ametade, Covais, São Sebastião, Fôrneas, Ribas, Penhas Douradas, Carvalheira, Caldas de Manteigas, Fonte Santa, Poio da Oliveira, rede viária florestal Fonte Santa – Moitas – Serra de Baixo, Cerro da Correia, N232 entre a EPHM e as Penhas Douradas, rede viária florestal entre o cruzamento da N232 e o Covão da Ponte, Covão da Ponte, Souto do Concelho, Teixeiras, Carvalhais, Leandres.

2- **MANCHAS DE ARVOREDO E OUTRA VEGETAÇÃO PROTEGIDA NO ÂMBITO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E BIODIVERSIDADE:**

As espécies arbóreas identificadas no Plano Setorial da Rede Natura 2000, enquanto habitats naturais e semi-naturais de interesse comunitário, constantes do anexo B-I do Decreto-Lei n.º 49/2005, nomeadamente os Habitats 91E0 – *Alnus glutinosa* (amieiro) e *Fraxinus excelsior* (freixo), 9230 – *Quercus robur* (carvalho-comum) e *Quercus pyrenaica* (carvalho-negral), 9260 – *Castanea sativa* (castanheiro), 92A0 – *Salix alba* (salgueiro) e *Populus alba* (choupo), 9330 – *Quercus suber* (sobreiro), 9340 – *Quercus ilex* (azinheira), 9580 – *Taxus baccata* (teixo).

Rede Viária Florestal (RVF)



→ O concelho de Manteigas conta com uma vasta rede de caminhos e estradas, justificada pela dura topografia serrana.

→ No total, o município conta com 430km de rede viária, que comporta um conjunto de infraestruturas de razoável qualidade, tendo particular relevância para a implementação da Rede Primária e Secundária de faixas de gestão de combustível.

→ Os invernos rigorosos, associados à predominância de declives acentuados e à falta generalizada de valetas adequadas ao escoamento das águas pluviais, fazem com que se verifique uma rápida erosão e deterioração em muitos dos caminhos representados. Assim, não havendo capacidade para manter operacional toda a rede viária, deverão ser intervencionadas regularmente as estradas prioritárias do ponto de vista da DFCI, o que neste caso corresponde à rede viária florestal considerada fundamental, apresentada no mapa.

→ A rede viária é um dos elementos básicos da estratégia de defesa da floresta contra incêndios, constituindo com frequência o referencial para a implantação e eficiência dos restantes componentes da DFCI.
→ A acessibilidade aos espaços florestais constitui um aspeto relevante para o ordenamento florestal. É determinante no escoamento dos produtos florestais, no combate a incêndios e na oferta do recreio e lazer às populações e aos visitantes do concelho.

No contexto da DFCI, a rede viária desempenha funções de:

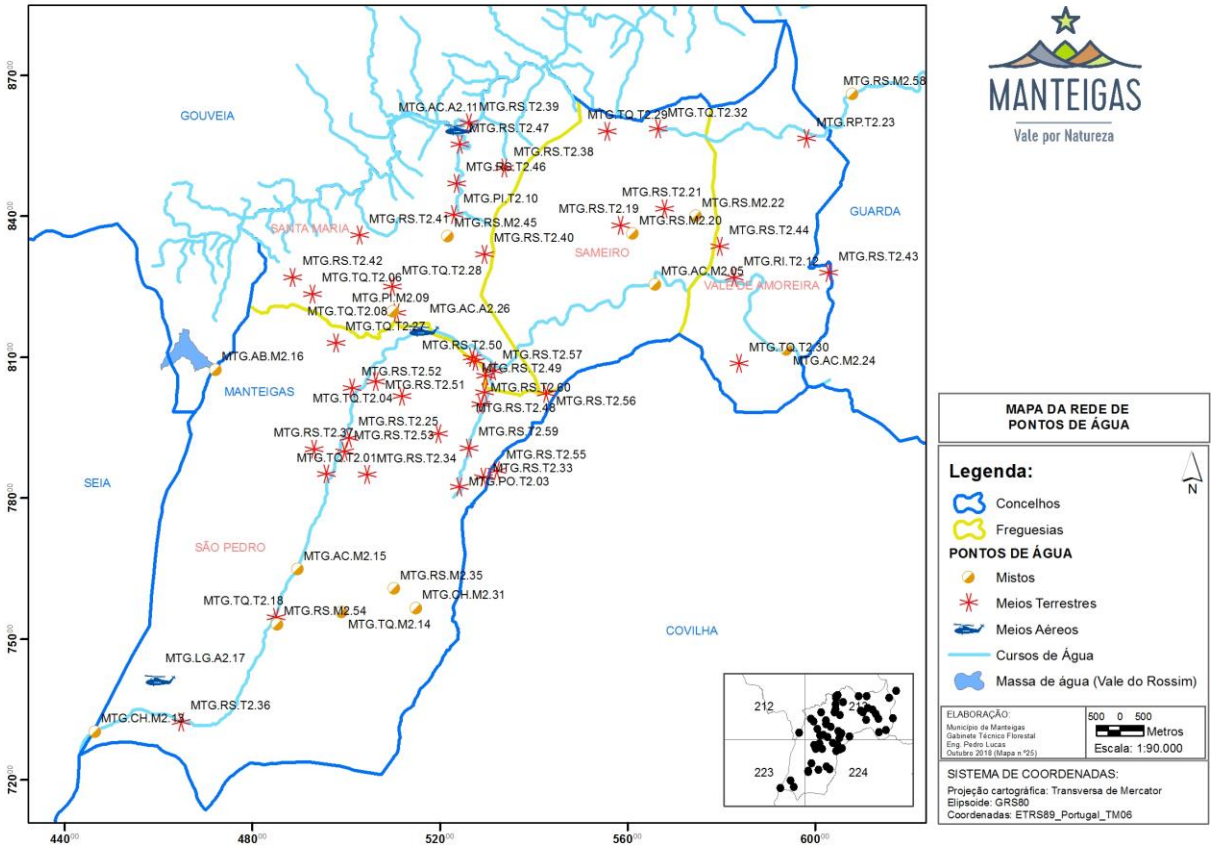
→ rápida deslocação dos meios de combate, não só à zona de fogo mas também aos pontos de reabastecimento de água, combustível, etc.;

→ integra a rede das FGC, sendo fundamental para a eficácia da rede primária, onde as equipas encontram condições favoráveis para o combate ao fogo, em segurança;

→ permite a circulação de patrulhas de vigilância móvel terrestre, em complemento à rede de vigilância fixa.

A rede viária também constitui zonas de descontinuidade horizontal da vegetação, podendo contribuir para travar o avanço de incêndios florestais. Além das restantes infraestruturas com relevância para a Defesa da Floresta Contra Incêndios, a existência de cartografia de estradas e caminhos é de elevada importância para as operações de coordenação do combate e para o desenvolvimento de estratégias a definir.
→ Segundo o Plano Regional do Ordenamento Florestal-Beira Interior Norte (2005), o concelho de Manteigas é um dos que apresenta maior densidade viária. Ainda assim, as características sinuosas do terreno dificultam a deslocação de meios a grande parte do território.
→ O valor dos espaços florestais para recreio e lazer relacionam-se diretamente com a qualidade paisagística que oferecem, com a sua acessibilidade e com a capacidade de acolhimento que proporcionam. A sua gestão deverá ser conduzida no sentido de minimizar impactes visuais negativos, criar diversidade e valor estético e providenciar acessos e infraestruturas de acolhimento.
→ No concelho de Manteigas verifica-se que grande parte dos espaços florestais são atualmente procurados como áreas de lazer e já fornecem enquadramento a atividades recreativas, pelo que a sua gestão deverá ser orientada no sentido de manter ou melhorar os aspetos paisagísticos e naturais que os caracterizam.

Rede de Pontos de Água (RPA)

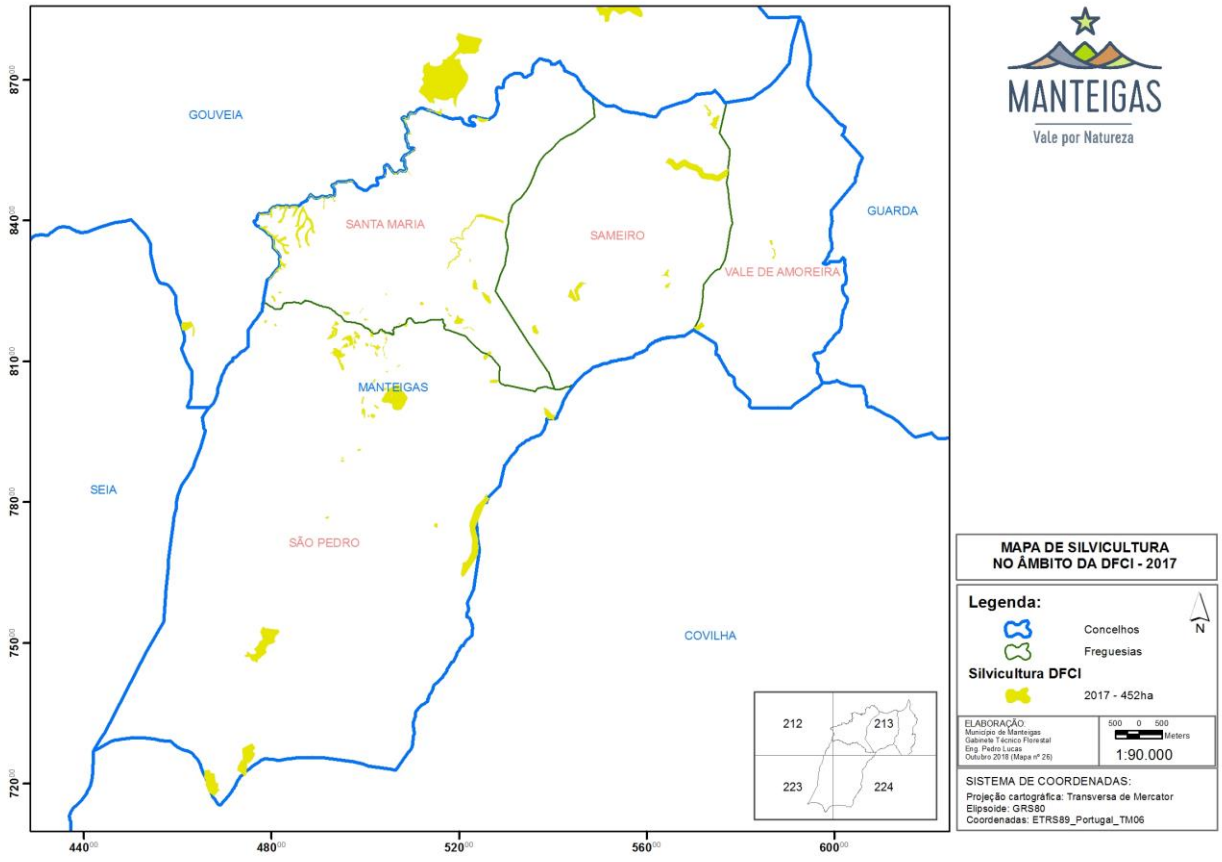


A constatação das alterações climáticas e o cada vez mais frequente cenário de seca no estio, torna determinante para a estrutura de combate aos incêndios florestais uma caracterização detalhada dos pontos de água.

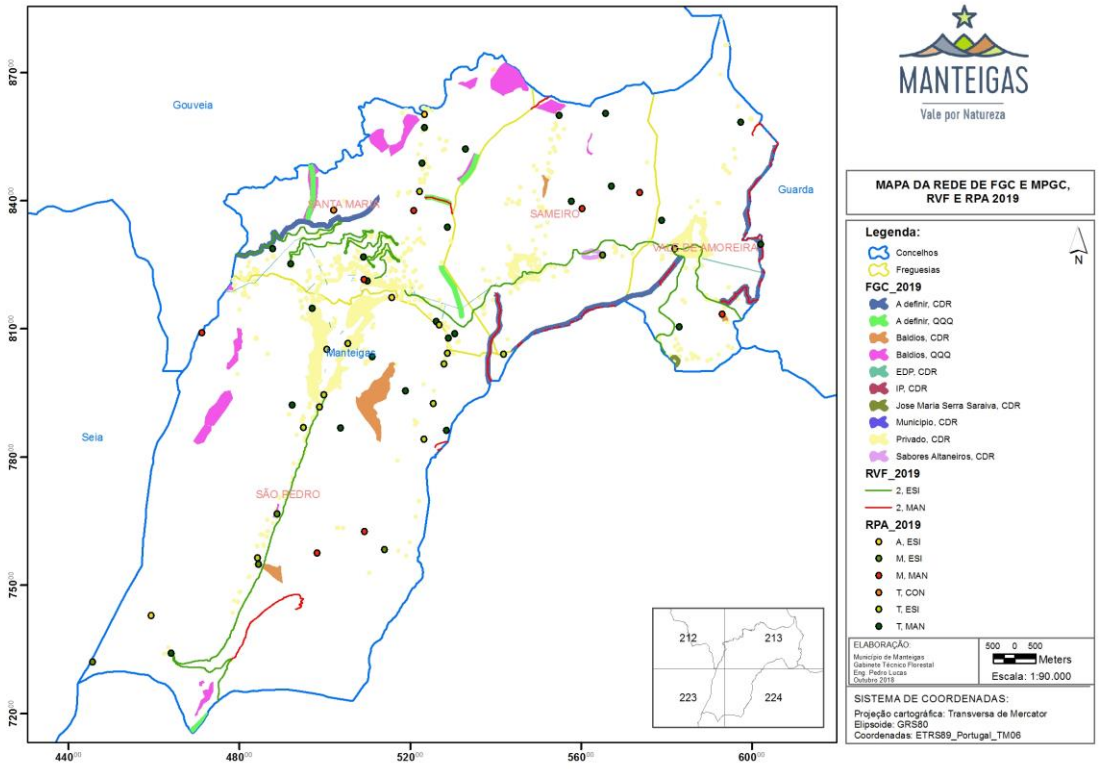
→ Os pontos de água têm de estar em condições de poder garantir o reabastecimento dos equipamentos de combate às chamas. A sua distribuição por todo o concelho tem de ser a mais homogénea possível, estando facilmente acessível por parte dos meios terrestres ou aéreos.

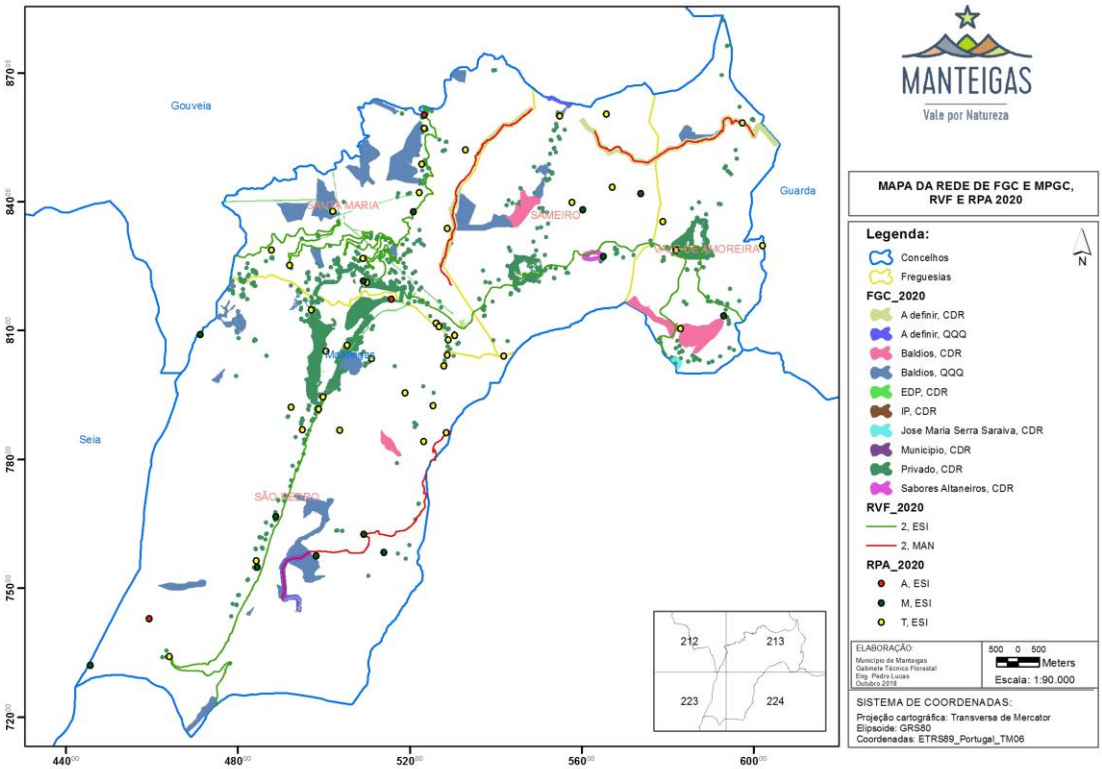
→ Neste caso, existe um considerável número de pontos de água bem distribuídos pelo território. Ainda assim, face às difíceis acessibilidades, dever-se-á aumentar o seu número, de forma a incrementar a disponibilidade de água e o sucesso de cada intervenção.

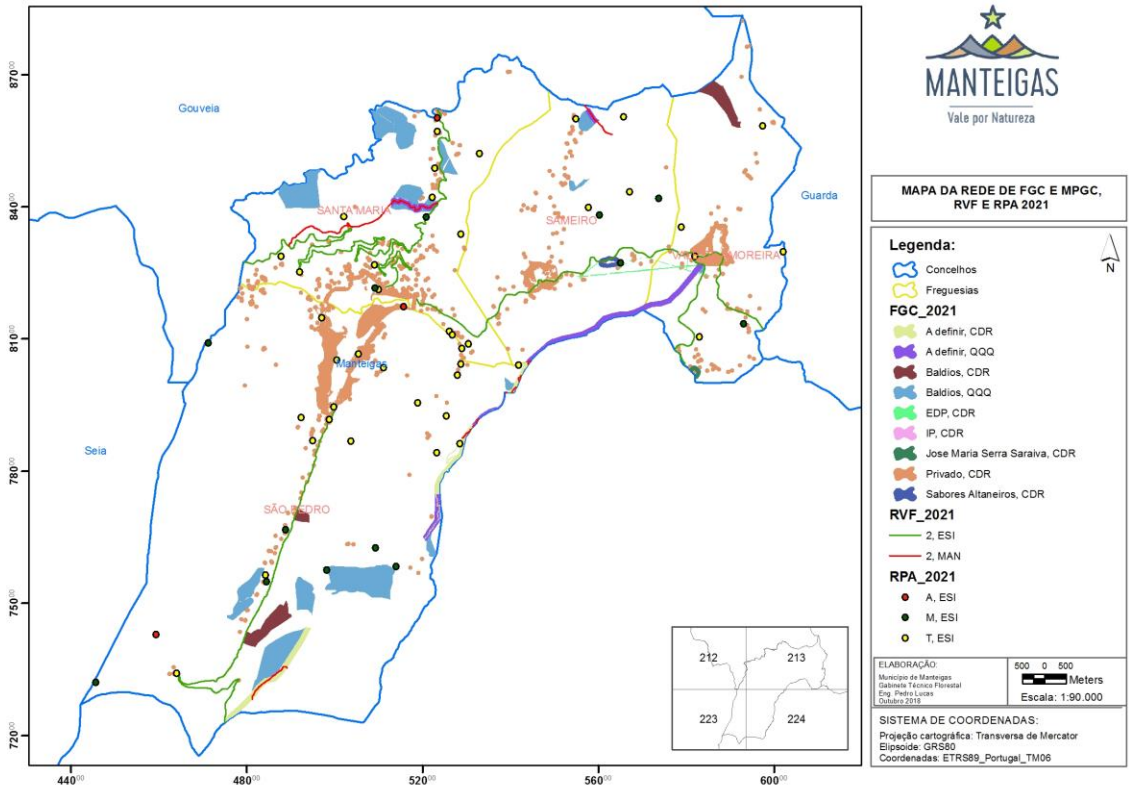
Silvicultura no âmbito da DFCI (2017)

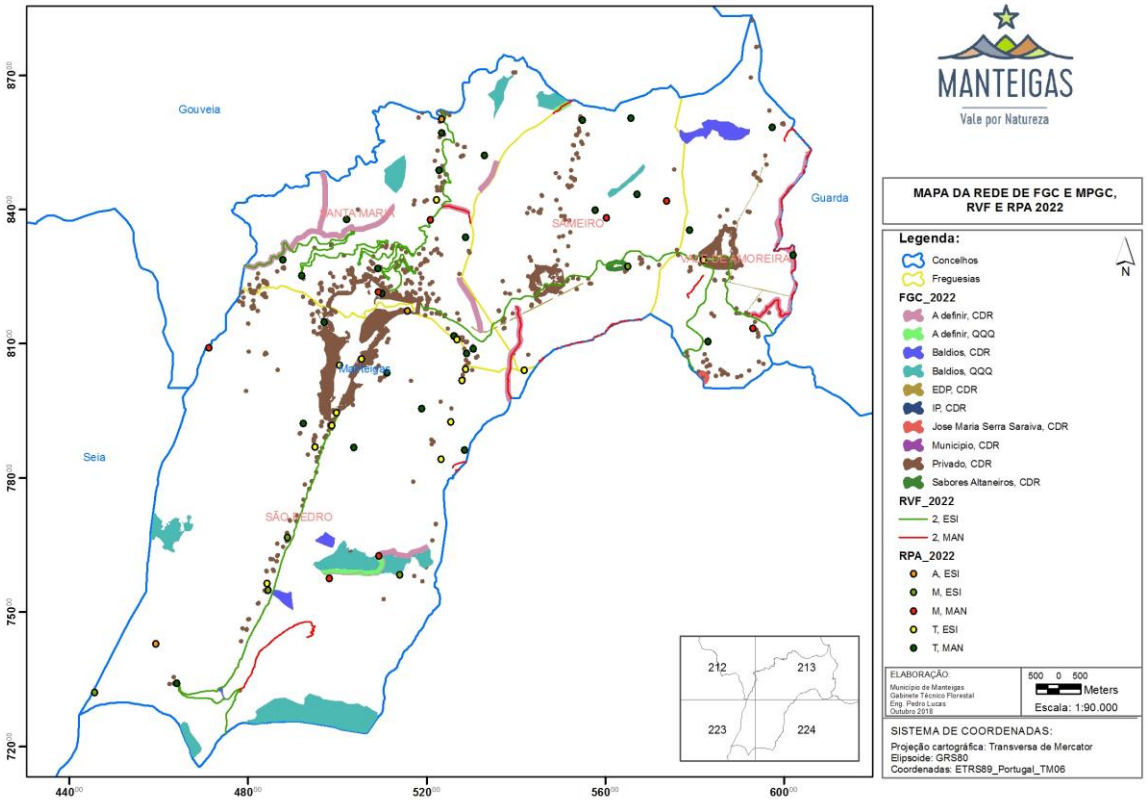


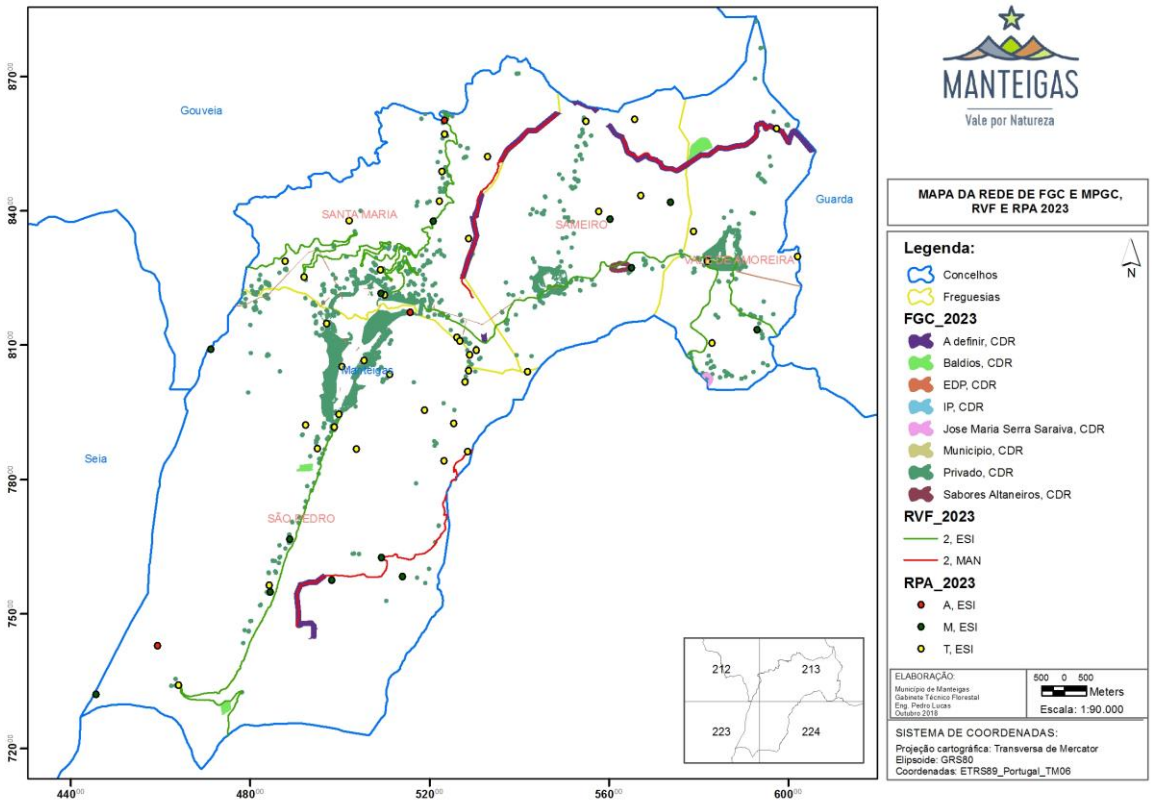
Planeamento das ações referentes ao 1º Eixo Estratégico

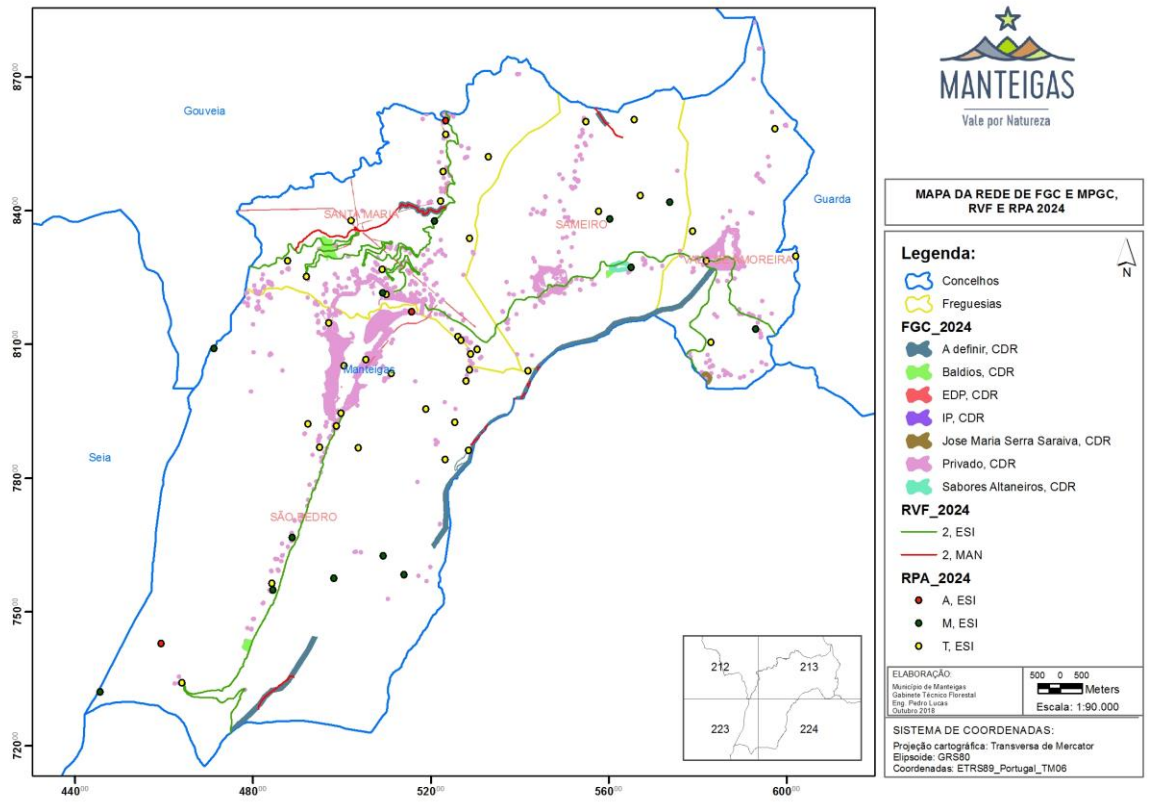


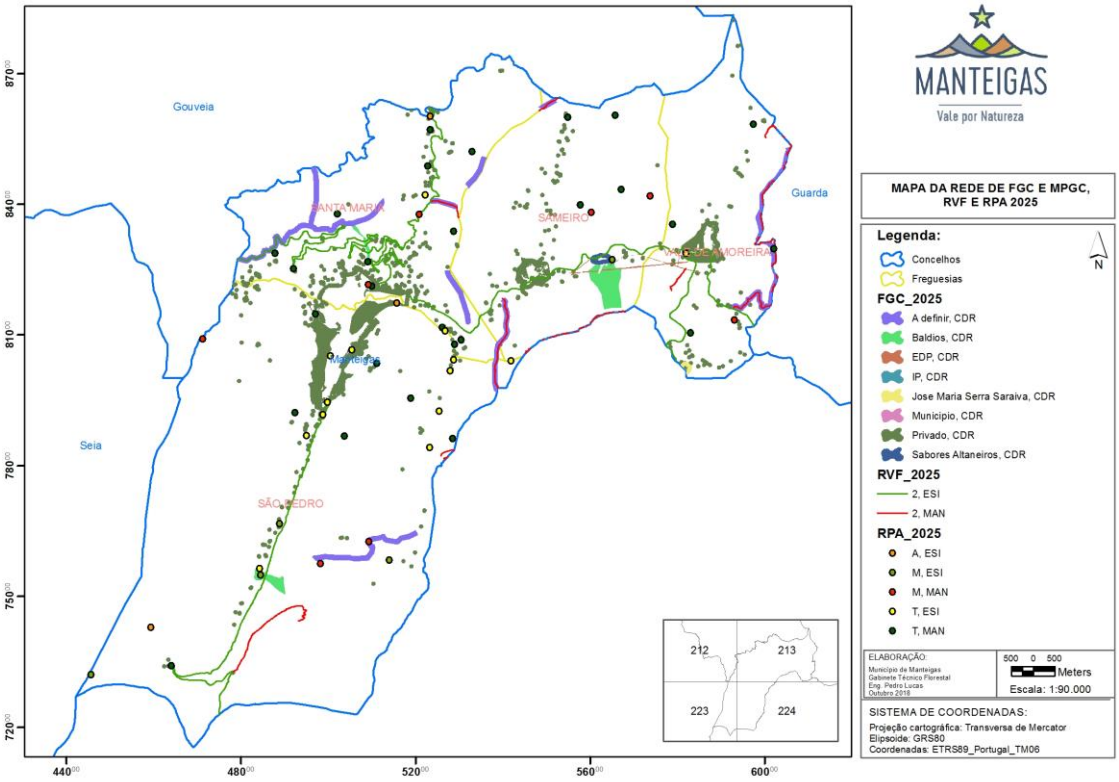


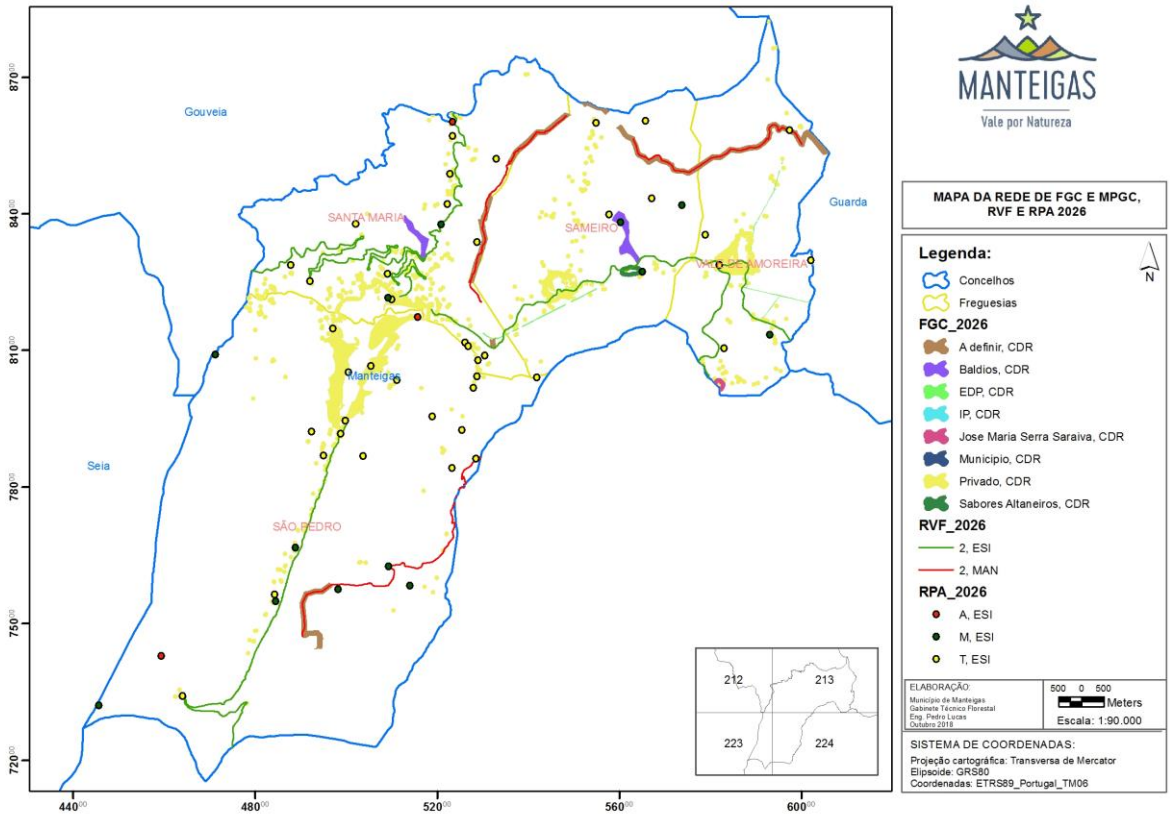

Gouveia
Guarda
Seia
Manteigas
SANTA MARIA
SAMEIRO
MOREIRA
SÃO PEDRO
212
213
223
224
440
480
520
560
600
720
750
780
810
840
870
MANTEIGAS
Vale por Natureza
MAPA DA REDE DE FGC E MPGC, RVF E RPA 2021
Legenda:
N
Concelhos
Freguesias
FGC_2021
A definir, CDR
A definir, QQQ
Baldios, CDR
Baldios, QQQ
EDP, CDR
IP, CDR
Jose Maria Serra Saraiva, CDR
Privado, CDR
Sabores Altaneiros, CDR
RVF_2021
2, ESI
2, MAN
RPA_2021
A, ESI
M, ESI
T, ESI
ELABORAÇÃO:
Município de Manteigas
Gabinete Técnico Florestal
Eng. Pedro Lucas
Outubro 2018
500 0 500
Meters
Escala: 1:90.000
SISTEMA DE COORDENADAS:
Projeção cartográfica: Transversa de Mercator
Elipsoide: GRS80
Coordenadas: ETRS89_Portugal_TM06

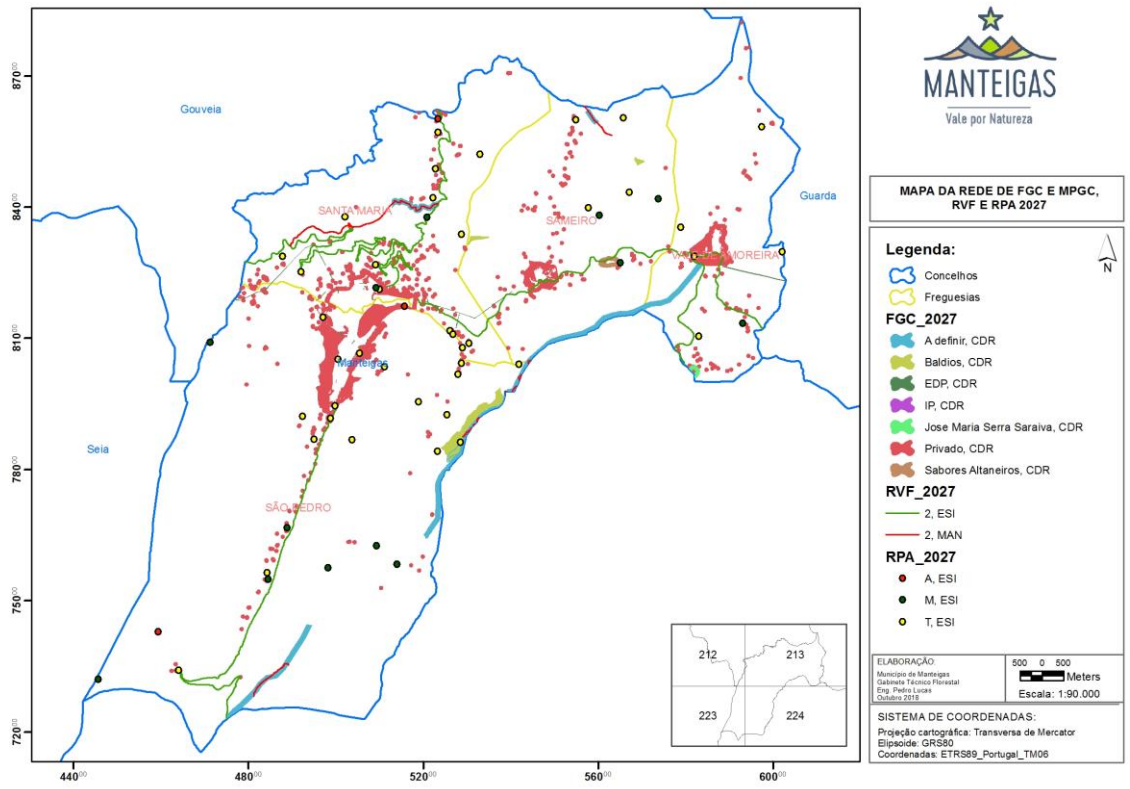

Gouveia
Guarda
Seia
Manteigas
SANTA MARIA
SAMEIRO
MOREIRA
SÃO PEDRO
212
213
223
224
440
480
520
560
600
720
750
780
810
840
870
MANTEIGAS
Vale por Natureza
MAPA DA REDE DE FGC E MPGC, RVF E RPA 2022
Legenda:
N
Concelhos
Freguesias
FGC_2022
A definir, CDR
A definir, QQQ
Baldios, CDR
Baldios, QQQ
EDP, CDR
IP, CDR
Jose Maria Serra Saraiva, CDR
Municipio, CDR
Privado, CDR
Sabores Altaneiros, CDR
RVF_2022
2, ESI
2, MAN
RPA_2022
A, ESI
M, ESI
M, MAN
T, ESI
T, MAN
ELABORAÇÃO:
Município de Manteigas
Gabinete Técnico Florestal
Eng. Pedro Lucas
Outubro 2018
500 0 500
Meters
Escala: 1:90.000
SISTEMA DE COORDENADAS:
Projeção cartográfica: Transversa de Mercator
Elipsoide: GRS80
Coordenadas: ETRS89_Portugal_TM06

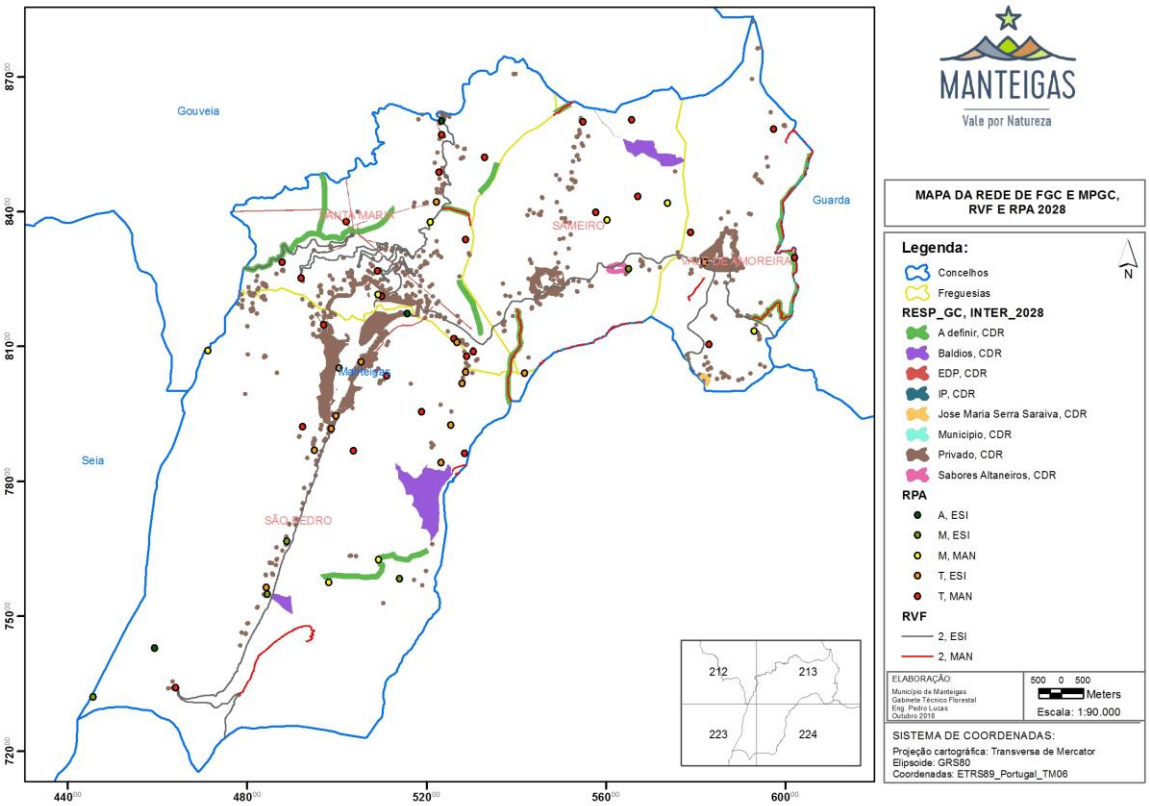

MANTEIGAS
Vale por Natureza
MAPA DA REDE DE FGC E MPGC, RVF E RPA 2023
Legenda:
Concelhos
Freguesias
FGC_2023
A definir, CDR
Baldios, CDR
EDP, CDR
IP, CDR
Jose Maria Serra Saraiva, CDR
Municipio, CDR
Privado, CDR
Sabores Altaneiros, CDR
RVF_2023
2, ESI
2, MAN
RPA_2023
A, ESI
M, ESI
T, ESI
ELABORAÇÃO:
Município de Manteigas
Gabinete Técnico Florestal
Eng. Pedro Lucas
Outubro 2018
500 0 500
Meters
Escala: 1:90.000
SISTEMA DE COORDENADAS:
Projeção cartográfica: Transversa de Mercator
Elipsoide: GRS80
Coordenadas: ETRS89_Portugal_TM06
Gouveia
Guarda
Seia
Manteigas
SANTA MARIA
SAMEIRO
SÃO PEDRO
212
213
223
224
N


MANTEIGAS
Vale por Natureza
MAPA DA REDE DE FGC E MPGC, RVF E RPA 2024
Legenda:
Concelhos
Freguesias
FGC_2024
A definir, CDR
Baldios, CDR
EDP, CDR
IP, CDR
Jose Maria Serra Saraiva, CDR
Privado, CDR
Sabores Altaneiros, CDR
RVF_2024
2, ESI
2, MAN
RPA_2024
A, ESI
M, ESI
T, ESI
ELABORAÇÃO:
Município de Manteigas
Gabinete Técnico Florestal
Eng. Pedro Lucas
Outubro 2018
500 0 500
Meters
Escala: 1:90.000
SISTEMA DE COORDENADAS:
Projeção cartográfica: Transversa de Mercator
Elipsoide: GRS80
Coordenadas: ETRS89_Portugal_TM06
Gouveia
Guarda
Seia
Manteigas
SANTA MARIA
SAMEIRO
SÃO PEDRO
212
213
223
224
N


MANTEIGAS
Vale por Natureza
MAPA DA REDE DE FGC E MPGC, RVF E RPA 2025
Legenda:
Concelhos
Freguesias
FGC_2025
A definir, CDR
Baldios, CDR
EDP, CDR
IP, CDR
Jose Maria Serra Saraiva, CDR
Municipio, CDR
Privado, CDR
Sabores Altaneiros, CDR
RVF_2025
2, ESI
2, MAN
RPA_2025
A, ESI
M, ESI
M, MAN
T, ESI
T, MAN
ELABORAÇÃO:
Município de Manteigas
Gabinete Técnico Florestal
Eng. Pedro Lucas
Outubro 2018
500 0 500
Meters
Escala: 1:90.000
SISTEMA DE COORDENADAS:
Projeção cartográfica: Transversa de Mercator
Elipsoide: GRS80
Coordenadas: ETRS89_Portugal_TM06
Gouveia
Guarda
Seia
Manteigas
SANTA MARIA
SAMEIRO
VALE DE AMOREIRA
SÃO PEDRO
212
213
223
224
440
480
520
560
600
720
750
780
810
840
870


MANTEIGAS
Vale por Natureza
MAPA DA REDE DE FGC E MPGC, RVF E RPA 2026
Legenda:
Concelhos
Freguesias
FGC_2026
A definir, CDR
Baldios, CDR
EDP, CDR
IP, CDR
Jose Maria Serra Saraiva, CDR
Municipio, CDR
Privado, CDR
Sabores Altaneiros, CDR
RVF_2026
2, ESI
2, MAN
RPA_2026
A, ESI
M, ESI
T, ESI
ELABORAÇÃO:
Município de Manteigas
Gabinete Técnico Florestal
Eng. Pedro Lucas
Outubro 2018
500 0 500
Meters
Escala: 1:90.000
SISTEMA DE COORDENADAS:
Projeção cartográfica: Transversa de Mercator
Elipsoide: GRS80
Coordenadas: ETRS89_Portugal_TM06
Gouveia
Guarda
Seia
Manteigas
SANTA MARIA
SAMEIRO
VALE DE AMOREIRA
SÃO PEDRO
212
213
223
224
440
480
520
560
600
720
750
780
810
840
870


Gouveia
Guarda
Seia
Manteigas
SANTA MARIA
SAMEIRO
SÃO PEDRO
212
213
223
224
MANTEIGAS
Vale por Natureza
MAPA DA REDE DE FGC E MPGC, RVF E RPA 2027
Legenda:
Concelhos
Freguesias
FGC_2027
A definir, CDR
Baldios, CDR
EDP, CDR
IP, CDR
Jose Maria Serra Saraiva, CDR
Privado, CDR
Sabores Altaneiros, CDR
RVF_2027
2, ESI
2, MAN
RPA_2027
A, ESI
M, ESI
T, ESI
ELABORAÇÃO:
Município de Manteigas
Gabinete Técnico Florestal
Eng. Pedro Lucas
Outubro 2018
500 0 500
Meters
Escala: 1:90.000
SISTEMA DE COORDENADAS:
Projeção cartográfica: Transversa de Mercator
Elipsoide: GRS80
Coordenadas: ETRS89_Portugal_TM06


Gouveia
Guarda
Seia
Manteigas
SANTA MARIA
SAMEIRO
SÃO PEDRO
212
213
223
224
MANTEIGAS
Vale por Natureza
MAPA DA REDE DE FGC E MPGC, RVF E RPA 2028
Legenda:
Concelhos
Freguesias
RESP_GC, INTER_2028
A definir, CDR
Baldios, CDR
EDP, CDR
IP, CDR
Jose Maria Serra Saraiva, CDR
Municipio, CDR
Privado, CDR
Sabores Altaneiros, CDR
RPA
A, ESI
M, ESI
M, MAN
T, ESI
T, MAN
RVF
2, ESI
2, MAN
ELABORAÇÃO:
Município de Manteigas
Gabinete Técnico Florestal
Eng. Pedro Lucas
Outubro 2018
500 0 500
Meters
Escala: 1:90.000
SISTEMA DE COORDENADAS:
Projeção cartográfica: Transversa de Mercator
Elipsoide: GRS80
Coordenadas: ETRS89_Portugal_TM06

→ Para serem alcançados os objetivos traçados no PMDFCI e cumpridas as exigências legais relativas à DFCI, terá de se manter o esforço conjunto por parte das entidades públicas e privadas, assim como por parte dos proprietários particulares.

→ Demonstrada que está a necessidade de preservação dos valores existentes no concelho e a proteção de pessoas e bens, só com uma forte articulação e disponibilidade dos recursos disponíveis se conseguirá intervir no território e ampliar a probabilidade de sucesso nas operações de emergência.

→ Os instrumentos de financiamento deverão ser bem aproveitados para fazer face aos custos com os meios humanos e materiais necessários à execução das ações previstas. Também os orçamentos próprios de cada entidade pública e particular deverão acautelar as intervenções aqui propostas.

→ A calendarização estabelecida para a concretização das várias FGC aqui identificadas poderá sofrer alterações por eventuais constrangimentos relacionados com escassez de recursos financeiros, impedimentos técnicos ou outros.

Rede de FGC e MPGC

						Distribuição da área total com necessidade de intervenção (ha)				
	Código da descrição da faixa / mosaico	Descrição da Faixa / mosaico	Área total com necessidade de intervenção (ha)	Área total sem necessidade de intervenção (ha)	Área total da FGG (ha)	2019	2020	2021	2022	2023
						Área c/ interv. (ha)	Área c/ interv. (ha)	Área c/ interv. (ha)	Área c/ interv. (ha)	Área c/ interv. (ha)
Concelho	001	Edificações	344	0	**344**	344	344	344	344	344
	002	Aglomerados populacionais	287	0	**287**	287	287	287	287	287
	003	Parques e polígonos industriais	13	0	**13**	13	13	13	13	13
	004	Rede viária florestal	159	0	**159**	67	64	65	52	86
	008	Rede Primária	504	97	**601**	222	159	119	220	159
	010	Rede elétrica de média tensão	29	35	**64**	11	8	4	6	11
	011	Mosaicos	1999	0	**1999**	263	527	495	418	24
	012	Pontos Água	7	3	**10**	7	0	0	7	0
	013	Rede elétrica de alta tensão	34	12	**46**	4	18	7	6	4
		Total	3376	147	3523	1218	1420	1334	1353	928

	Código da descrição da faixa / mosaico	Descrição da Faixa / mosaico	Distribuição da área total com necessidade de intervenção (ha)				
			2024	2025	2026	2027	2028
			Área c/ interv. (ha)	Área c/ interv. (ha)	Área c/ interv. (ha)	Área c/ interv. (ha)	Área c/ interv. (ha)
Concelho	001	Edificações	344	344	344	344	344
	002	Aglomerados populacionais	287	287	287	287	287
	003	Parques e polígonos industriais	13	13	13	13	13
	004	Rede viária florestal	43	74	64	65	53
	008	Rede Primária	119	220	159	119	220
	010	Rede elétrica de média tensão	8	4	6	11	8
	011	Mosaicos	44	76	35	71	139
	012	Pontos Água	0	7	0	0	7
	013	Rede elétrica de alta tensão	18	7	6	4	18
		Total	876	1032	914	914	1089

Implantação de novos edifícios fora das áreas edificadas consolidadas

De acordo com o n.º 3 do artigo 16º da Lei n.º 76/2017, de 17 de agosto, a construção de novos edifícios ou a ampliação de edifícios existentes apenas é permitida fora das áreas consolidadas, nas áreas classificadas na cartografia de perigosidade de incêndio rural definida no PMDFCI como de média, baixa e muito baixa perigosidade.

Deverá ser cumprido o estabelecido na alínea a) do n.º 3 do artigo 16º da Lei n.º 76/2017, de 17 de agosto, ou seja, garantir, na sua implantação no terreno, a distância à estrema da propriedade de uma faixa de proteção nunca inferior a 50m, quando confinantes com terrenos ocupados com floresta, matos ou pastagens naturais.

→ Em situações em que os terrenos confinam com outro tipo de ocupação que não floresta, matos ou pastagens naturais, a sua implantação no terreno deverá garantir a distância de uma **faixa de proteção nunca inferior a 10m**.

Quando a faixa de proteção integre rede secundária ou primária estabelecida, infraestruturas viárias ou planos de água, a área destas pode ser contabilizada na distância mínima exigida para aquela faixa de proteção.

Rede Viária Florestal

Freguesia	Classes das vias de RVF (Rede_DFCI)	Comprimento total com necessidade de intervenção (km)	Comprimento total sem necessidade de intervenção (km)	Comprimento total (m)	2019	2020	2021	2022	2023
					C/ Interv. (km)	C/ Interv. (km)	C/ Interv. (km)	C/ Interv. (km)	C/ Interv. (km)
Sameiro	1ª ordem								
	2ª ordem	6	5	11	3	2	1	3	2
	complementar								
	Sub-total	6	5	11	3	2	1	3	2
S.Maria	1ª ordem								
	2ª ordem	11	23	34	1	5	4	1	5
	Complementar								
	Sub-total	11	23	34	1	5	4	1	5
S.Pedro	1ª ordem								
	2ª ordem	13	11	24	4	7	2	4	7
	Complementar								
	Sub-total	13	11	24	4	7	2	4	7
V.Amoreira	1ª ordem								
	2ª ordem	8	7	15	5	3	0	5	3
	Complementar								
	Sub-total	8	7	15	5	3	0	5	3

Total 1.ª ordem								
Total 2.ª ordem	38	46	84	13	17	7	13	17
Total Complementar								
Total	38	46	84	13	17	7	13	17

Freguesia	Classes das vias de RVF (Rede_DFCI)	2024	2025	2026	2027	2028
		C/ Interv. (km)	C/ Interv. (km)	C/ Interv. (km)	C/ Interv. (km)	C/ Interv. (km)
Sameiro	1ª ordem					
	2ª ordem	1	3	2	1	3
	complementar					
	Sub-total	1	3	2	1	3
S.M aria	1ª ordem					

	2ª ordem	4	1	5	4	1
	Complementar					
	Sub-total	4	1	5	4	1
S.Pedro	1ª ordem					
	2ª ordem	2	4	7	2	4
	Complementar					
	Sub-total	2	4	7	2	4
V.Amoreira	1ª ordem					
	2ª ordem	0	5	3	0	5
	Complementar					
	Sub-total	0	5	3	0	5

Total 1.ª ordem					
Total 2.ª ordem	7	13	17	7	13
Total Complementar					
Total	7	13	17	7	13

Rede de Pontos de Água

Freguesia	ID_PA	Código do tipo de PA	Designação do tipo de PA	VOL_MAX (m3)	Tipo de intervenção (C-Construção / M-Manutenção)				
					2019	2020	2021	2022	2023
Sameiro	5	212	Albufeira de açude	900	-	-	-	-	-
	19	111	Reservatório DFCI	15	M	-	-	M	-
	20	111	Reservatório DFCI	15	M	-	-	M	-
	21	111	Reservatório DFCI	15	M	-	-	M	-
	22	111	Reservatório DFCI	15	M	-	-	M	-
	29	114	Tanque de Rega	12	M	-	-	M	-
	32	114	Tanque de Rega	77	M	-	-	M	-
	Sub-total		**7**	**1049**					
Santa Maria	6	114	Tanque de Rega	100	M	-	-	M	-
	7	114	Tanque de Rega	160	M	-	-	M	-
	8	114	Tanque de Rega	200	M	-	-	M	-
	9	113	Piscina	280	M	-	-	M	-
	10	113	Piscina	80	-	-	-	-	-
	11	212	Albufeira de açude	400	-	-	-	-	-
	28	114	Tanque de Rega	23	M	-	-	M	-
	38	111	Reservatório DFCI	20	C	-	-	M	-
	39	111	Reservatório DFCI	20	C	-	-	M	-
	Sub-total		**9**	**1283**					
São Pedro	1	114	Tanque de Rega	31	-	-	-	-	-
	2	114	Tanque de Rega	150	M	-	-	M	-
	3	112	Poço	45	-	-	-	-	-
	4	114	Tanque de Rega	75	M	-	-	M	-
	13	214	Charca	2198	-	-	-	-	-
	14	114	Tanque de Rega	75	M	-	-	M	-

	15	212	Albufeira de açude	144	-	-	-	-	-
	16	211	Albufeira de barragem	78000	-	-	-	-	-
	17	221	Lago	31400	-	-	-	-	-
	18	114	Tanque de Rega	16	-	-	-	-	-
	25	111	Reservatório DFCI	5	-	-	-	-	-
	26	212	Albufeira de açude	50	-	-	-	-	-
	27	114	Tanque de Rega	9	M	-	-	M	-
	31	214	Charca	420	-	-	-	-	-
	33	111	Reservatório DFCI	20	M	-	-	M	-
	34	111	Reservatório DFCI	20	M	-	-	M	-
	35	111	Reservatório DFCI	20	M	-	-	M	-
	36	111	Reservatório DFCI	20	M	-	-	M	-
	37	111	Reservatório DFCI	20	M	-	-	M	-
	Sub-total		**19**	**112717**					
Vale de Amoreira	12	222	Rio	1200	-	-	-	-	-
	23	310	Tomada de água - rede pública	3	M	-	-	M	-
	24	212	Albufeira de açude	900	M	-	-	M	-
	30	114	Tanque de Rega	30	M	-	-	M	-
	Sub-total		**4**	**2133**					

Total			**39**	**117182**					

Freguesia	ID_PA	Código do tipo de PA	Designação do tipo de PA	VOL_MAX (m3)	Tipo de intervenção (C-Construção / M-Manutenção)				
					2024	2025	2026	2027	2028
Sameiro	5	212	Albufeira de açude	900	-	-	-	-	-
	19	111	Reservatório DFCI	15	-	M	-	-	M
	20	111	Reservatório DFCI	15	-	M	-	-	M
	21	111	Reservatório DFCI	15	-	M	-	-	M
	22	111	Reservatório DFCI	15	-	M	-	-	M
	29	114	Tanque de Rega	12	-	M	-	-	M
	32	114	Tanque de Rega	77	-	M	-	-	M
	Sub-total		**7**	**1049**					
Santa Maria	6	114	Tanque de Rega	100	-	M	-	-	M
	7	114	Tanque de Rega	160	-	M	-	-	M
	8	114	Tanque de Rega	200	-	M	-	-	M
	9	113	Piscina	280	-	M	-	-	M
	10	113	Piscina	80	-	-	-	-	-
	11	212	Albufeira de açude	400	-	-	-	-	-
	28	114	Tanque de Rega	23	-	M	-	-	M
	38	111	Reservatório DFCI	20	-	M	-	-	-
	39	111	Reservatório DFCI	20	-	M	-	-	-
	Sub-total		**9**	**1283**					
São Pedro	1	114	Tanque de Rega	31	-	-	-	-	-
	2	114	Tanque de Rega	150	-	M	-	-	M

	3	112	Poço	45	-	-	-	-	-
	4	114	Tanque de Rega	75	-	M	-	-	M
	13	214	Charca	2198	-	-	-	-	-
	14	114	Tanque de Rega	75	-	M	-	-	M
	15	212	Albufeira de açude	144	-	-	-	-	-
	16	211	Albufeira de barragem	78000	-	-	-	-	-
	17	221	Lago	31400	-	-	-	-	-
	18	114	Tanque de Rega	16	-	-	-	-	-
	25	111	Reservatório DFCI	5	-	-	-	-	-
	26	212	Albufeira de açude	50	-	-	-	-	-
	27	114	Tanque de Rega	9	-	M	-	-	M
	31	214	Charca	420	-	-	-	-	-
	33	111	Reservatório DFCI	20	-	M	-	-	M
	34	111	Reservatório DFCI	20	-	M	-	-	M
	35	111	Reservatório DFCI	20	-	M	-	-	M
	36	111	Reservatório DFCI	20	-	M	-	-	M
	37	111	Reservatório DFCI	20	-	M	-	-	M
	Sub-total		**19**	**112717**					
Vale de Amoreira	12	222	Rio	1200	-	-	-	-	-
	23	310	Tomada de água - rede pública	3	-	M	-	-	M
	24	212	Albufeira de açude	900	-	M	-	-	M
	30	114	Tanque de Rega	30	-	M	-	-	M
	Sub-total		**4**	**2133**					

Total	**39**	**117182**						

Metas e indicadores

Concelho	Ação	Área total	Metas	Unidades	Indicadores mensuráveis				
					2019	2020	2021	2022	2023
Concelho	Implementação da Rede Primária	0	área instalada com recuso ao fogo controlado	ha	0	0	0	0	0
			área instalada com recuso a meios mistos	ha	0	0	0	0	0
	Manutenção da Rede Primária	760	área instalada com recuso ao fogo controlado	ha	56	32	76	25	0
			área instalada com recuso a meios mistos	ha	166	127	43	195	159
	Implementação da Rede Secundária	0	área instalada com recuso ao fogo controlado	ha	0	0	0	0	0
			área instalada com recuso a meios mistos	ha	0	0	0	0	0
	Manutenção da Rede Secundária	3152	área instalada com recuso ao fogo controlado	ha	173	412	406	355	0
			área instalada com recuso a meios mistos	ha	823	849	809	778	769
	Construção e Manutenção de Rede Viária	84	Construção de Rede Viária	km	0	0	0	0	0
			Manutenção de Rede Viária	km	13	17	7	13	17
	Construção e Manutenção de Rede Divisional	0	Construção de Rede Divisional	ha	0	0	0	0	0
			Manutenção de Rede Divisional	ha	0	0	0	0	0

	Construção e Reparação de Pontos de Água	117182	Construção de Pontos de Água	m^3	40	0	0	0	0
			Reparação de Pontos de Água	m^3	4409	0	0	4449	0

Concelho	Ação	Metas	Unidades	Indicadores mensuráveis					Total
				2024	2025	2026	2027	2028	
Concelho	Implementação da Rede Primária	área instalada com recuso ao fogo controlado	ha	0	0	0	0	0	0
		área instalada com recuso a meios mistos	ha	0	0	0	0	0	0
	Manutenção da Rede Primária	área instalada com recuso ao fogo controlado	ha	0	0	0	0	0	189
		área instalada com recuso a meios mistos	ha	119	220	159	119	220	1527
	Implementação da Rede Secundária	área instalada com recuso ao fogo controlado	ha	0	0	0	0	0	0
		área instalada com recuso a meios mistos	ha	0	0	0	0	0	0
	Manutenção da Rede Secundária	área instalada com recuso ao fogo controlado	ha	0	0	0	0	0	1346
		área instalada com recuso a meios mistos	ha	757	812	755	795	869	8016
	Construção e Manutenção de Rede Viária	Construção de Rede Viária	km	0	0	0	0	0	0
		Manutenção de Rede Viária	km	7	13	17	7	13	124
	Construção e Manutenção de Rede Divisional	Construção de Rede Divisional	ha	0	0	0	0	0	0
		Manutenção de Rede Divisional	ha	0	0	0	0	0	0
	Construção e Reparação de Pontos de Água	Construção de Pontos de Água	m^3	0	0	0	0	0	40
		Reparação de Pontos de Água	m^3	0	4449	0	0	4449	4449

→ Para o controlo de densidades excessivas e outras operações mistas de silvicultura preventiva (manuais e mecânicas), em condições de trabalho inerentes às características do concelho, foi considerado o valor de €1017.12/ha;

→ Considerou-se o valor de €100/ha para a execução de operações de fogo controlado;

→ Utilizou-se o valor de €1500/km para o cálculo orçamental da beneficiação da rede viária;

→ No seguimento das orientações expressas no PROF-BIN, no qual é definida a densidade preferencial da Rede Viária: 10 a 20m/ha, e a densidade das massas de água acessíveis a operações DFCI: 600m3/1000ha, verifica-se que o concelho cumpre estas especificações: 35m/ha para a Rede Viária; 9600m3/1000ha para os Pontos de Água;

→ A delimitação da Rede Primária cumpre claramente a especificação expressa no art.º 18 do DL n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua redação atual, que define que estas redes estabeleçam, preferencialmente, uma compartimentação do território na ordem dos 500ha a 10.000ha.

Orçamento e responsáveis

Na identificação dos responsáveis, definiram-se as seguintes "figuras":

→ **Proprietários Particulares (PP)**: Os proprietários, arrendatários, usufrutuários ou entidades que, a qualquer título, detenham terrenos confinantes a edificações nos espaços florestais definidos no PMDFCI ou inseridos nas faixas de proteção aos aglomerados populacionais;

→ **Entidades Responsáveis (ER)**: Infraestruturas de Portugal, S.A., EDP Distribuição – Energia S.A., Município de Manteigas, Freguesias do concelho, ICNF/Parque Natural da Serra da Estrela, Associações de Compartes, GNR.

Concelho	Acção	Metas	Responsáveis	Estimativa de Orçamentos (€)				
				2019	2020	2021	2022	2023
Concelho	Implementação da Rede Primária	área instalada com recuso ao fogo controlado	-	0	0	0	0	0
		área instalada com recuso a meios mistos	-	0	0	0	0	0
		Sub-Total		0	0	0	0	0
	Manutenção da Rede Primária	área instalada com recuso ao fogo controlado	-	0	0	0	0	0
		área instalada com recuso a meios mistos	ER	168842	129174	43736	198338	161722
		Sub-Total		168842	129174	43736	198338	161722
	Implementação da Rede Secundária	área instalada com recuso ao fogo controlado	-	0	0	0	0	0
		área instalada com recuso a meios mistos	ER + PP	0	0	0	0	0
		Sub-Total		0	0	0	0	0
	Manutenção da Rede Secundária	área instalada com recuso ao fogo controlado	ER	17300	41200	40600	35500	0
		área instalada com recuso a meios mistos	ER + PP	837090	863535	822850	791319	782165
		Sub-Total		854390	904735	863450	826819	782165
	Construção e Manutenção de Rede Viária	Construção de Rede Viária	-	0	0	0	0	0
		Manutenção de Rede Viária	ER	19500	25500	10500	19500	25500
		Sub-Total		19500	25500	10500	19500	25500
	Construção e Manutenção de Rede Divisional	Construção de Rede Divisional	-	0	0	0	0	0
		Manutenção de Rede Divisional	-	0	0	0	0	0
		Sub-Total		0	0	0	0	0

	Construção e Reparação de Pontos de Água	Construção de Pontos de Água	Freguesia	5000	0	0	0	0
		Reparação de Pontos de Água	Freguesia	3450	0	0	3450	0
			Sub-Total	8450	0	0	3450	0
			Total	1051182	1059409	917686	1048108	969387

Concelho	Acção	Metas	Responsáveis	Estimativa de Orçamentos (€)					Total
				2024	2025	2026	2027	2028	
Concelho	Implementação da Rede Primária	área instalada com recuso ao fogo controlado	-	0	0	0	0	0	0
		área instalada com recuso a meios mistos	-	0	0	0	0	0	0
		Sub-Total		0	0	0	0	0	0
	Manutenção da Rede Primária	área instalada com recuso ao fogo controlado	-	0	0	0	0	0	0
		área instalada com recuso a meios mistos	ER	121037	223766	161722	121037	223766	1553142
		Sub-Total		121037	223766	161722	121037	223766	1553142
	Implementação da Rede Secundária	área instalada com recuso ao fogo controlado	-	0	0	0	0	0	0
		área instalada com recuso a meios mistos	ER + PP	0	0	0	0	0	0
		Sub-Total		0	0	0	0	0	0
	Manutenção da Rede Secundária	área instalada com recuso ao fogo controlado	ER	0	0	0	0	0	134600
		área instalada com recuso a meios mistos	ER + PP	769960	825901	767926	808610	883877	8153234
		Sub-Total		769960	825901	767926	808610	883877	8287834
	Construção e Manutenção de Rede Viária	Construção de Rede Viária	-	0	0	0	0	0	0
		Manutenção de Rede Viária	ER	10500	19500	25500	10500	19500	186000
		Sub-Total		10500	19500	25500	10500	19500	186000
	Construção e Manutenção de Rede Divisional	Construção de Rede Divisional	-	0	0	0	0	0	0
		Manutenção de Rede Divisional	-	0	0	0	0	0	0
		Sub-Total		0	0	0	0	0	0
	Construção e Reparação de Pontos de Água	Construção de Pontos de Água	Freguesia	0	0	0	0	0	5000
		Reparação de Pontos de Água	Freguesia	0	3450	0	0	3450	13800

		Sub-Total	0	3450	0	0	3450	18800
		Total	901497	1072618	955148	940148	1130594	10045776

2 º EIXO ESTRATÉGICO:

REDUÇÃO DA INCIDÊNCIA DOS INCÊNDIOS

2º EIXO ESTRATÉGICO: REDUÇÃO DA INCIDÊNCIA DOS INCÊNDIOS

Este eixo assenta na necessidade de uma intervenção cuidada ao nível da prevenção, passando por um conjunto das atividades que têm por objetivos reduzir ou anular a possibilidade de se iniciar um incêndio, diminuir a sua capacidade de desenvolvimento e mitigar os efeitos indesejáveis que este possa originar, ou seja, atuando em duas vertentes principais:

1) O controlo das ignições;
2) O controlo da propagação.

Tendo em conta que a maioria dos incêndios são causados pela atividade humana, é nesse sentido que a prevenção deverá incidir. Para além da sensibilização, deverá existir um maior reforço na fiscalização referente ao cumprimento da lei e na dissuasão dos comportamentos de risco, através de ações de sensibilização e informação da população, bem como na promoção do correto uso do fogo.

É de extrema importância que se reconheça a floresta como um bem comum a todos, com valor ambiental, económico e social inestimável. É necessário incutir a responsabilidade de a proteger de forma a servir gerações futuras, sendo para isso necessário eliminar comportamentos de risco.

Objetivos estratégicos	- Educar e sensibilizar as populações; - Melhorar o conhecimento das causas dos incêndios e das suas motivações.

Objetivos operacionais	- Sensibilização da população em geral; - Sensibilização e educação escolar; - Fiscalização.

Ação	- Programas de sensibilização a desenvolver, ao nível local, dirigidos a grupos específicos da população rural, em função das informações históricas de investigação das causas dos incêndios; - Sensibilização das comunidades para os comportamentos de risco e incentivo ao desenvolvimento e participação na vigilância passiva; - Realização de sessões de sensibilização com trabalhadores rurais incidindo nas zonas onde o fogo é recorrente; - Divulgação de normas de conduta para caçadores e pescadores e colocação de cartazes informativos nas zonas de interface com a floresta; - Envolvimento dos estudantes na temática florestal, utilizando as experiências

	existentes no domínio da educação florestal e ambiental; - Definir áreas críticas e prioritárias de fiscalização, tendo em consideração a identificação das principais causas/motivações de incêndio, o valor dos espaços florestais, a suscetibilidade à ignição, as freguesias em risco, os dias da semana e os períodos do dia de maior perigosidade.

Comportamentos de risco

Diagnóstico – Resumo								
Grupo Alvo	Comportamento de Risco				Impacto e Danos			
	O quê?	Como?	Onde?	Quando?	Nº Oc.	Área Ardida	Danos	Custos
Agricultor	Realização de fogueira para confeção de alimentos	Sem considerar as medidas de segurança necessárias	Sameiro Vale	Agosto 2002 (Sábado)	1	462ha	Pnb Matos	Não estimados
Pastor	Realização de fogueira para confeção de alimentos	Sem considerar as medidas de segurança necessárias	Sameiro Sia Velha	Janeiro 2007	1	3ha	Pnb	Não estimados
Agricultor	Realização de fogueira para queima de sobrantes	Sem considerar as medidas de segurança necessárias	Vale de Amoreira	Fevereiro 2012 (Sexta-feira)	1	329ha	Pnb Matos	Não estimados
Proprietário	Utilização de motorroçadora no período crítico, com disco de corte	Sem considerar as medidas de segurança necessárias	São Pedro Covais	Julho 2016 (Sábado)	1	151ha	Pnb Matos	Não estimados

Fiscalização (2017)

Nº DE PROCESSO	AUTO	PROCESSO INSTRUÍDO?	TIPOLOGIA DA INFRAÇÃO	DECISÃO
PCO 6/2017	Auto de Notícia por Contraord. n.º 4838/2017, de 10/06/2017	Sim	Falta de gestão de combustível	Arquivamento[1]
PCO 7/2017	Auto de Notícia por Contraord. n.º 4839/2017, de 10/06/2017	Sim	Falta de gestão de combustível	Arquivamento (1)
PCO 8/2017	Auto de Notícia por Contraord. n.º 5228/2017, de 10/07/2017	Sim	Falta de gestão de combustível	Arquivamento (1)
PCO 9/2017	Auto de Notícia por Contraord. n.º 5284/2017, de 12/07/2017	Sim	Falta de gestão de combustível	Arquivamento (1)
PCO 10/2017	Auto de Notícia por Contraord. n.º 6101/2017, de 12/09/2017	Sim	Falta de gestão de combustível	Arquivamento (1)
PCO 11/2017	Auto de Notícia por Contraord. n.º 6102/2017, de 12/09/2017	Sim	Falta de gestão de combustível	Arquivamento (1)
PCO 12/2017	Auto de Notícia por Contraord. n.º 6100/2017, de 12/09/2017	Sim	Falta de gestão de combustível	Arquivamento (1)
PCO 13/2017	Auto de Notícia por Contraord. n.º 6098/2017, de 12/09/2017	Sim	Falta de gestão de combustível	Arquivamento (1)
PCO 14/2017	Auto de Notícia por Contraord. n.º 6097/2017, de 12/09/2017	Sim	Falta de gestão de combustível	Arquivamento (1)
PCO 15/2017	Auto de Notícia por Contraord. n.º 6094/2017, de 12/09/2017	Sim	Falta de gestão de combustível	Arquivamento (1)
PCO 16/2017	Auto de Notícia por Contraord. n.º 6076/2017, de 11/09/2017	Sim	Falta de gestão de combustível	Arquivamento (1)
PCO 17/2017	Auto de Notícia por Contraord. n.º 6075/2017, de 11/09/2017	Sim	Falta de gestão de combustível	Arquivamento (1)
PCO 18/2017	Auto de Notícia por Contraordenação n.º 6193/2017, de 19/09/2017	Sim	Falta de gestão de combustível	Arquivamento (1)
PCO 19/2017	Auto de Notícia por Contraord. n.º 6194/2017, de 19/09/2017	Sim	Falta de gestão de combustível	Arquivamento (1)
PCO 20/2017	Auto de Notícia por Contraord. n.º 6051/2017, de 09/09/2017	Sim	Falta de gestão de combustível	Arquivamento (1)
PCO 21/2017	Auto de Notícia por Contraordenação n.º 6053/2017, de 09/09/2017	Sim	Distância entre as copas das árvores e a edificação inferior a 5 metros	Arquivamento (1)
PCO 22/2017	Auto de Notícia por Contraordenação n.º 6217/2017, de 20/09/2017	Sim	Falta de gestão de combustível	Arquivamento (1)

Percentagem PCO's por "Falta de gestão de combustível" = 94,12 %

Percentagem PCO's por "Distância entre as copas das árvores e a edificação inferior a 5 metros" = 5,88 %

[1] De acordo com o art.º 40.º do DL 124/2006, de 28.06, com as alterações introduzidas pelo DL 83/2014, de 23.05, tendo em conta que o auto foi levantado, como se disse pela Secção SEPNA\NICCOA (GNR – Comando Territorial da Guarda), é esta a entidade competente para instruir o respetivo processo).

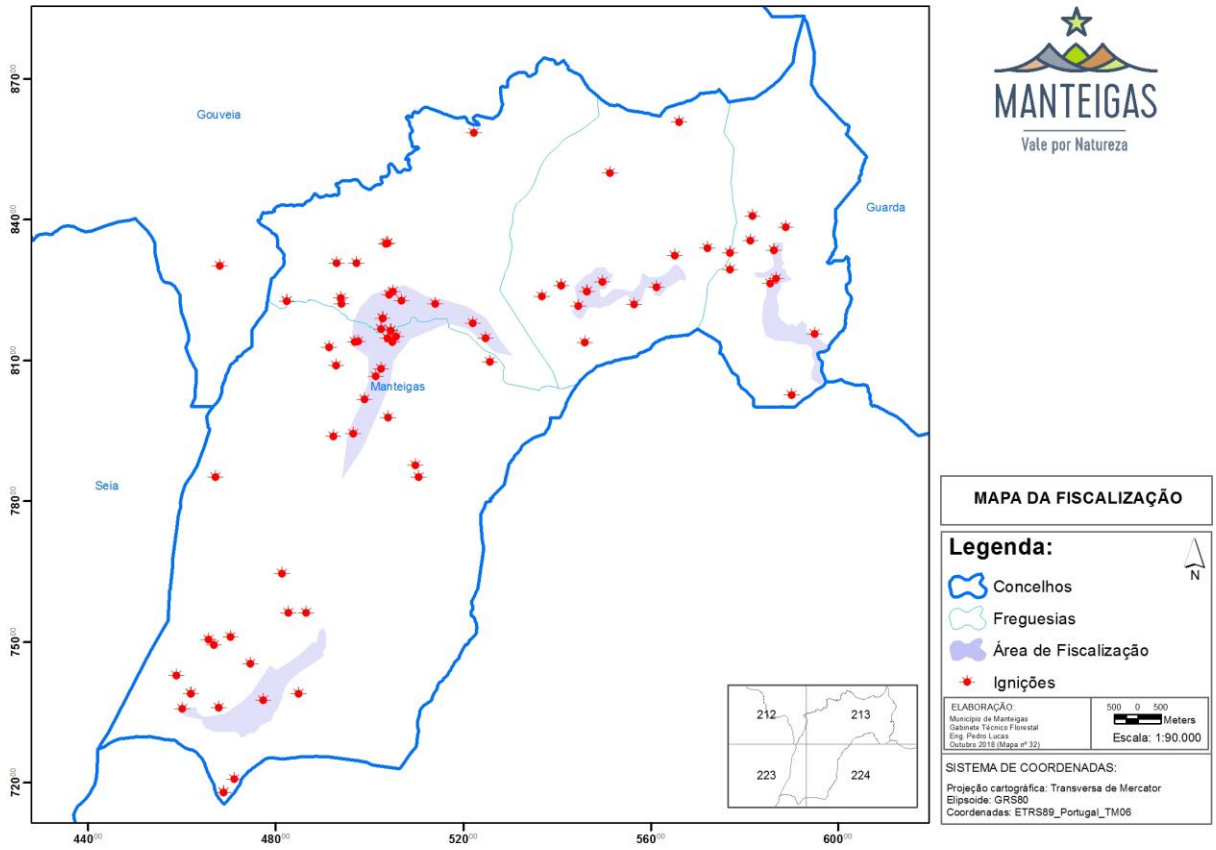
Planeamento das ações referentes ao 2.º Eixo Estratégico

Sensibilização

Problema diagnosticado	Objetivo	Ação	Indicadores				
			2019	2020	2021	2022	2023
Limpeza de matos junto das habitações e em redor dos aglomerados populacionais	Sensibilizar a população para a importância da gestão de combustível e informar acerca da lei vigente	Realizar ações de sensibilização/esclarecimento	Comemoração do Dia da Árvore e Dia da Floresta Autóctone	Comemoração do Dia da Árvore e Dia da Floresta Autóctone	Comemoração do Dia da Árvore e Dia da Floresta Autóctone	Comemoração do Dia da Árvore e Dia da Floresta Autóctone	Comemoração do Dia da Árvore e Dia da Floresta Autóctone
			Março e Novembro	Março e Novembro	Março e Novembro	Março e Novembro	Março e Novembro
			Manteigas	Manteigas	Manteigas	Manteigas	Manteigas
		Realizar ações de esclarecimento nos meios de comunicação social locais	Publicação de anúncios no Jornal local	Publicação de anúncios no Jornal local	Publicação de anúncios no Jornal local	Publicação de anúncios no Jornal local	Publicação de anúncios no Jornal local
			Março	Março	Março	Março	Março
			Manteigas	Manteigas	Manteigas	Manteigas	Manteigas
Desconhecimento do espaço florestal do concelho por parte dos mais jovens	Sensibilizar os jovens para a riqueza do espaço florestal do concelho e para a importância dos valores que detém	Realizar ações de sensibilização no espaço florestal do concelho e promover o contacto com a natureza	1 passeio pedestre temático	1 passeio pedestre temático	1 passeio pedestre temático	1 passeio pedestre temático	1 passeio pedestre temático
			Novembro	Novembro	Novembro	Novembro	Novembro
			Manteigas	Manteigas	Manteigas	Manteigas	Manteigas

Problema diagnosticado	Objetivo	Ação	Indicadores				
			2024	2025	2026	2027	2028
Limpeza de matos junto das habitações e em redor dos aglomerados populacionais	Sensibilizar a população para a importância da gestão de combustível e informar acerca da lei vigente	Realizar ações de sensibilização/esclarecimento	Comemoração do Dia da Árvore e Dia da Floresta Autóctone	Comemoração do Dia da Árvore e Dia da Floresta Autóctone	Comemoração do Dia da Árvore e Dia da Floresta Autóctone	Comemoração do Dia da Árvore e Dia da Floresta Autóctone	Comemoração do Dia da Árvore e Dia da Floresta Autóctone
			Março e Novembro	Março e Novembro	Março e Novembro	Março e Novembro	Março e Novembro
			Manteigas	Manteigas	Manteigas	Manteigas	Manteigas
		Realizar ações de esclarecimento nos meios de comunicação social locais	Publicação de anúncios no Jornal local	Publicação de anúncios no Jornal local	Publicação de anúncios no Jornal local	Publicação de anúncios no Jornal local	Publicação de anúncios no Jornal local
			Março	Março	Março	Março	Março
			Manteigas	Manteigas	Manteigas	Manteigas	Manteigas
Desconhecimento do espaço florestal do concelho por parte dos mais jovens	Sensibilizar os jovens para a riqueza do espaço florestal do concelho e para a importância dos valores que detém	Realizar ações de sensibilização no espaço florestal do concelho e promover o contacto com a natureza	1 passeio pedestre temático	1 passeio pedestre temático	1 passeio pedestre temático	1 passeio pedestre temático	1 passeio pedestre temático
			Novembro	Novembro	Novembro	Novembro	Novembro
			Manteigas	Manteigas	Manteigas	Manteigas	Manteigas

Fiscalização



As áreas assinaladas foram identificadas como prioritárias tendo em conta a elevada concentração de ignições nestas mesmas zonas, com maior incidência na periferia das áreas sociais e em áreas agrícolas. No entanto, todo o concelho deve ser atentamente vigiado e fiscalizado de uma forma homogénea e permanente.

Metas e indicadores

Ação	Metas	Unidades	Indicadores				
			2019	2020	2021	2022	2023
Realizar ações de sensibilização e esclarecimento	Sensibilizar a população para a importância da gestão de combustível e informar acerca da lei vigente	Número de ações	Comemoração do Dia da Árvore e Dia da Floresta Autóctone	Comemoração do Dia da Árvore e Dia da Floresta Autóctone	Comemoração do Dia da Árvore e Dia da Floresta Autóctone	Comemoração do Dia da Árvore e Dia da Floresta Autóctone	Comemoração do Dia da Árvore e Dia da Floresta Autóctone
			1 em Março e 1 em Novembro	Março e Novembro	Março e Novembro	Março e Novembro	Março e Novembro
			Manteigas	Manteigas	Manteigas	Manteigas	Manteigas
		Número de publicações	1 Publicação no Jornal local	1 Publicação no Jornal local	1 Publicação no Jornal local	1 Publicação no Jornal local	1 Publicação no Jornal local
			Março	Março	Março	Março	Março
			Manteigas	Manteigas	Manteigas	Manteigas	Manteigas
	Sensibilizar os jovens para a riqueza do espaço florestal do concelho e para a importância dos valores que detém	Número de ações	1 passeio pedestre temático	1 passeio pedestre temático	1 passeio pedestre temático	1 passeio pedestre temático	1 passeio pedestre temático
			Novembro	Novembro	Novembro	Novembro	Novembro
			Manteigas	Manteigas	Manteigas	Manteigas	Manteigas
Fiscalização de áreas críticas e prioritárias	Reforço da fiscalização nas áreas críticas	% área fiscalizada	80	90	100	100	100

Ação	Metas	Unidades	Indicadores				
			2024	2025	2026	2027	2028
Realizar ações de sensibilização e esclarecimento	Sensibilizar a população para a importância da gestão de combustível e informar acerca da lei vigente	Número de ações	Comemoração do Dia da Árvore e Dia da Floresta Autóctone	Comemoração do Dia da Árvore e Dia da Floresta Autóctone	Comemoração do Dia da Árvore e Dia da Floresta Autóctone	Comemoração do Dia da Árvore e Dia da Floresta Autóctone	Comemoração do Dia da Árvore e Dia da Floresta Autóctone
			1 em Março e 1 em Novembro	Março e Novembro	Março e Novembro	Março e Novembro	Março e Novembro
			Manteigas	Manteigas	Manteigas	Manteigas	Manteigas
		Número de publicações	1 Publicação no Jornal local	1 Publicação no Jornal local	1 Publicação no Jornal local	1 Publicação no Jornal local	1 Publicação no Jornal local
			Março	Março	Março	Março	Março
			Manteigas	Manteigas	Manteigas	Manteigas	Manteigas

	Sensibilizar os jovens para a riqueza do espaço florestal do concelho e para a importância dos valores que detém	Número de ações	1 passeio pedestre temático	1 passeio pedestre temático	1 passeio pedestre temático	1 passeio pedestre temático	1 passeio pedestre temático
			Novembro	Novembro	Novembro	Novembro	Novembro
			Manteigas	Manteigas	Manteigas	Manteigas	Manteigas
Fiscalização de áreas críticas e prioritárias	Reforço da fiscalização nas áreas críticas	% área fiscalizada	100	100	100	100	100

Orçamento e responsáveis

Ação	Metas	Responsáveis	Estimativa de orçamento (€)				
			2019	2020	2021	2022	2023
Realizar ações de sensibilização e esclarecimento	Sensibilizar a população para a importância da gestão de combustível e informar acerca da lei vigente	Município de Manteigas	100	100	100	100	100
	Realizar ações de sensibilização no espaço florestal do concelho e promover o contacto com a natureza	Município de Manteigas	50	50	50	50	50
		Sub-Total	150	150	150	150	150
Fiscalização de áreas críticas e prioritárias	Reforço da fiscalização nas áreas críticas	Entidades Responsáveis	500	1000	1500	1500	1500
		Sub-Total	500	1000	1500	1500	1500
		Total	650	1150	1650	1650	1650

Ação	Metas	Responsáveis	Estimativa de orçamento (€)					Total
			2024	2025	2026	2027	2028	
Realizar ações de sensibilização e esclarecimento	Sensibilizar a população para a importância da gestão de combustível e informar acerca da lei vigente	Município de Manteigas	100	100	100	100	100	1000
	Realizar ações de sensibilização no espaço florestal do concelho e promover o contacto com a natureza	Município de Manteigas	50	50	50	50	50	500
		Sub-Total	150	150	150	150	150	1500
Fiscalização de áreas críticas e prioritárias	Reforço da fiscalização nas áreas críticas	Entidades Responsáveis	1500	1500	1500	1500	1500	13500
		Sub-Total	1500	1500	1500	1500	1500	13500
		Total	1650	1650	1650	1650	1650	**15000**

3 º EIXO ESTRATÉGICO:

MELHORIA DA EFICÁCIA DO ATAQUE E DA GESTÃO DOS INCÊNDIOS

3º EIXO ESTRATÉGICO: MELHORIA DA EFICÁCIA DO ATAQUE E DA GESTÃO DOS INCÊNDIOS

A definição antecipada de vias de comunicação, formas de atuação, levantamento de responsabilidades e as competências das várias forças e entidades competentes, irá contribuir para uma melhor e mais eficaz resposta à questão dos incêndios florestais.

Para que exista um dispositivo estruturado e pronto para uma mobilização preventiva de meios, terá que se avaliar a disponibilidade e caraterísticas dos recursos existentes por forma a garantir uma deteção e extinção rápida dos incêndios.

Para definir as metas e os indicadores para as ações que consubstanciam este eixo estratégico – "melhoria da eficácia do ataque e da gestão de incêndios", teve-se em conta a **informação base** relativa à **caracterização climática e análise do histórico e casualidade dos incêndios** (**Caderno I**) e informação relativa à **rede regional de defesa da floresta contra incêndios** (RDFCI) incluída neste caderno.

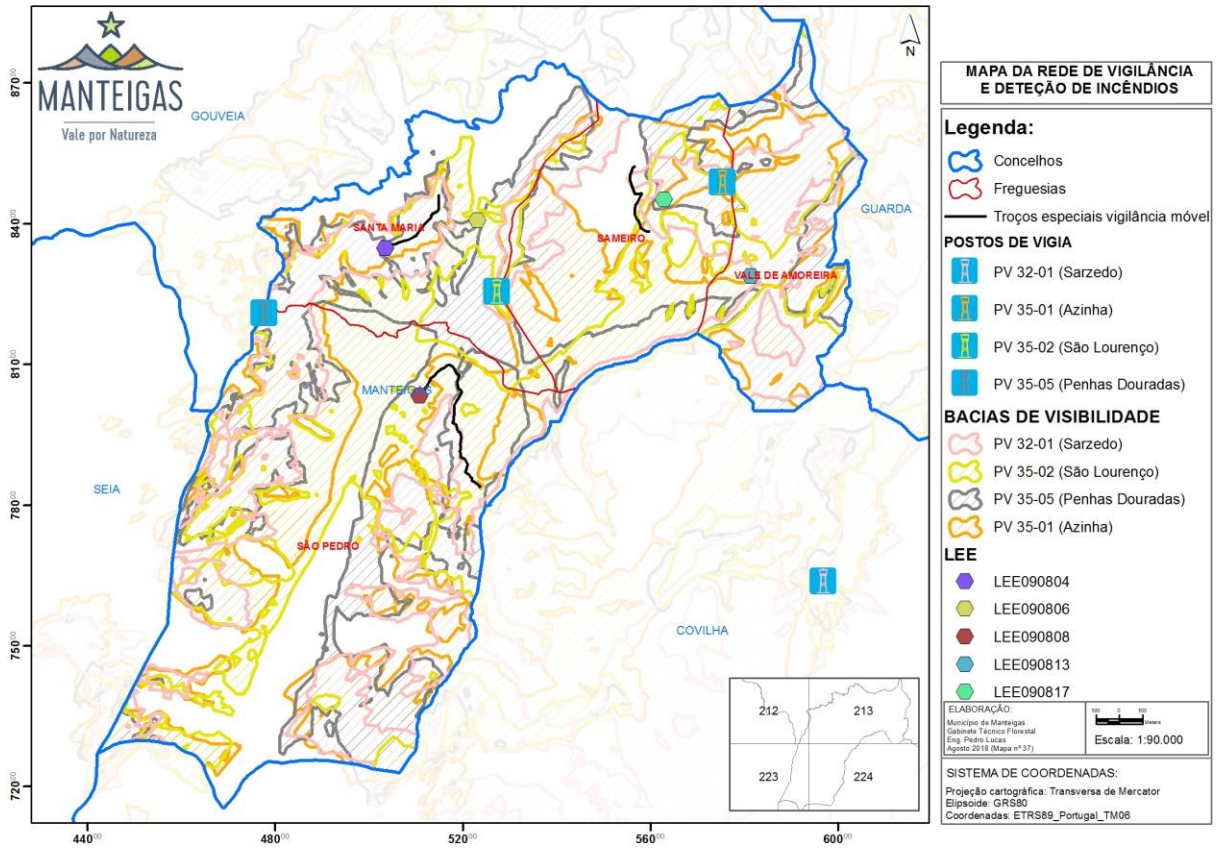
Objetivos estratégicos	- Articulação dos sistemas de vigilância e deteção com os meios de 1ª Intervenção; - Reforço da capacidade de 1ª Intervenção; - Reforço do ataque ampliado; - Melhoria e eficácia do rescaldo e vigilância após rescaldo.

Objetivos operacionais	- Estruturar e gerir a vigilância e a deteção como um sistema integrado (dispositivo de vigilância e deteção) de cariz municipal; - Estruturar o nível Municipal e Distrital de 1ª Intervenção; - Reforçar a eficácia no combate terrestre ao nível Municipal e Distrital; (capacidade de comando das operações, coordenação das várias entidades envolvidas e mobilização dos meios); - Garantir a correta e eficaz execução do rescaldo; - Garantir a correta e eficaz execução da vigilância após rescaldo.

Ações	- Executar a inventariação dos recursos e meios existentes; - Identificar todos os sistemas de vigilância e deteção, responsabilidades, procedimentos e objetivos; - Elaborar mapas de visibilidade de postos de vigia;

	- Definir procedimentos de mobilização de meios para cada nível de alerta.

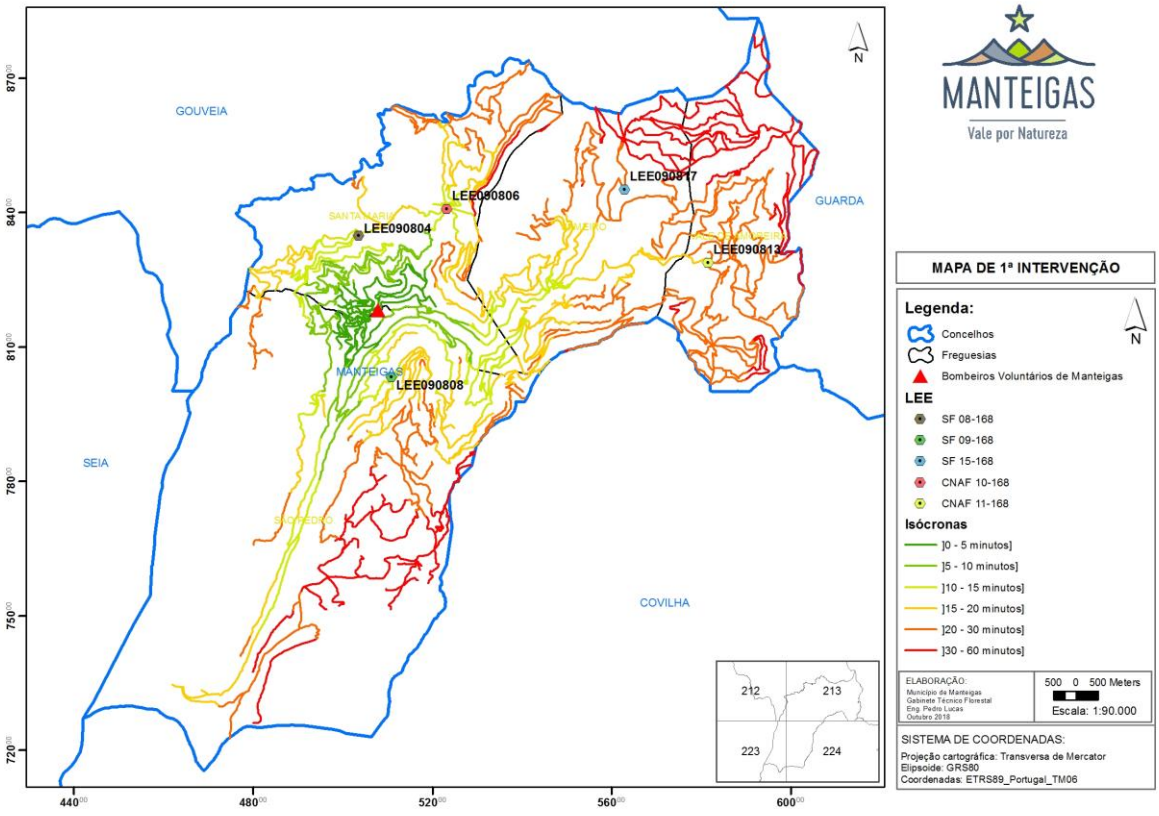
Vigilância e deteção

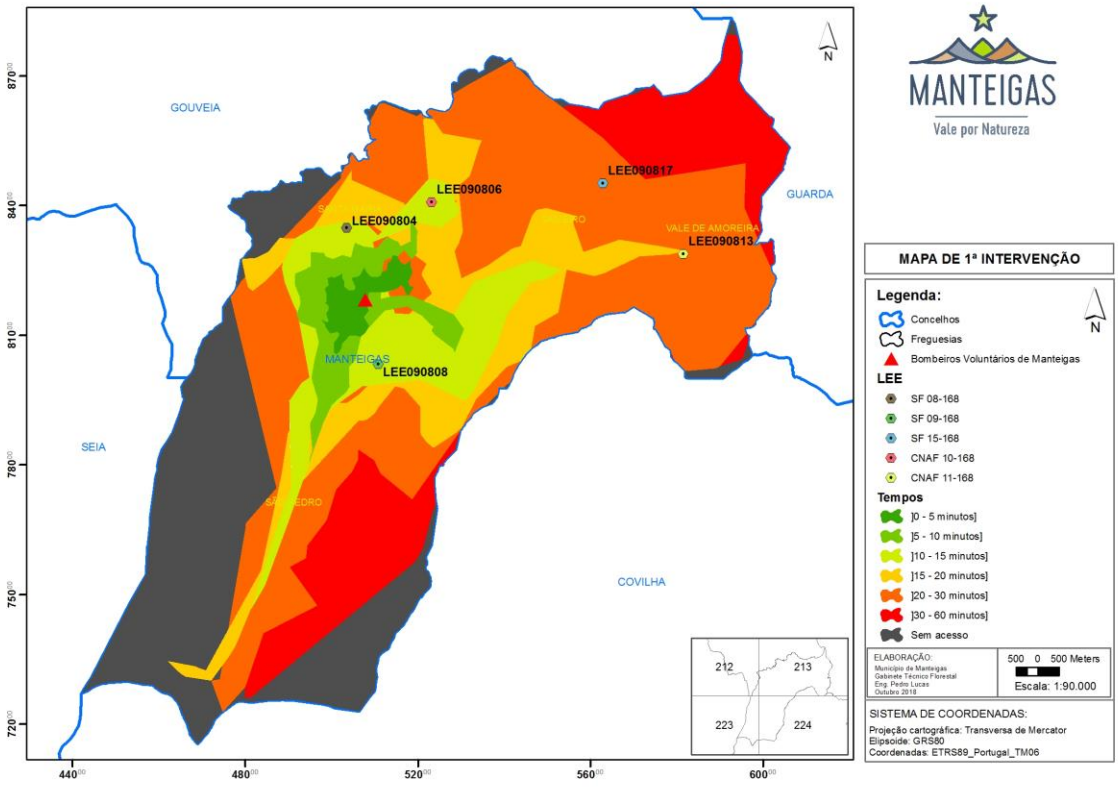


Relação entre o n.º de incêndios florestais ocorridos em 2017 e o número de elementos de vigilância e deteção nas diferentes fases de perigo:

	Alfa	Bravo	Charlie	Delta	Echo
n.º de ocorrências em 2017	0	3	1	0	1
n.º de Equipas Vigilância e Deteção	3	3	9 (5SF+4PV)	3	3
Índice entre o nº de incêndios e o nº total de equipas	0	1	0,11	0	0,33

1.ª Intervenção





O tempo de chegada até à 1.ª intervenção é extremamente relevante, relacionando-se com a eficácia do combate, que, por usa vez, se vai repercutir na quantidade de área ardida. Este fator está dependente da acessibilidade e da disponibilidade de meios. À medida que nos afastamos do quartel de bombeiros, a progressão dos veículos de combate tende a ser mais lenta, dificultada pela área florestal do concelho e pelos caminhos sinuosos que caracterizam este território. Daí que os Locais Estratégicos de Estacionamento, definidos para as equipas de sapadores florestais durante o período crítico, penetrem no espaço rural, adotando uma distribuição homogénea dos meios de 1.ª intervenção disponíveis.

Relação entre o número de incêndios florestais ocorridos em 2017 e equipas e número de elementos de 1ª intervenção nas diferentes fases de perigo:

	Alfa	Bravo	Charlie	Delta	Echo
n.º de ocorrências em 2017	0	3	1	0	1
n.º de Equipas 1ª Intervenção	3	3	5	3	3
n.º de Elementos 1ª Intervenção	15	15	25	15	15
Índice entre o nº de incêndios e o nº total de equipas	0	1	0,20	0	0,33
Índice entre o nº de incêndios e o nº total de elementos	0	0,20	0,04	0	0,07

Valor médio, por freguesia, do tempo de chegada para a 1ª intervenção nas fases de perigo Alfa (1jan – 14mai), Bravo (15mai – 30jun), Charlie (1jul – 30set), Delta (1out – 30out), Echo (1nov – 31dez):

	Sameiro	Santa Maria	São Pedro	Vale de Amoreira
Alfa	0	0	0	0
Bravo	6	0	0	8,5
Charlie	0	0	5	0
Delta	0	0	0	0
Echo	0	5	0	0

Rescaldo e vigilância pós-incêndio

Número de reacendimentos, por ano, desde 2002															
2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0

Metas e indicadores

Ação	Metas	Unidades	Responsável	Indicadores mensuráveis				
				2019	2020	2021	2022	2023
Sistema de Vigilância e Deteção	1ªs Deteções Postos Vigia	%	GNR	20	20	20	20	20
	1ªs Deteções Equipas DFCI	%	ER	70	70	70	70	70
Iª Intervenção	1ªs Intervenções Equipas DFCI	%	ER	90	90	90	90	90
Combate e Rescaldo	Área ardida/ocorrência	ha/ocorrência	ER	2	2	2	2	2
Vigilância Pós-Incêndio	Área ardida/reacendimento	ha/reacendimento	ER	2	2	2	2	2

Ação	Metas	Unidades	Responsável	Indicadores mensuráveis				
				2024	2025	2026	2027	2028
Sistema de Vigilância e Deteção	1ªs Deteções Postos Vigia	%	GNR	20	20	20	20	20
	1ªs Deteções Equipas DFCI	%	ER	70	70	70	70	70
Iª Intervenção	1ªs Intervenções Equipas DFCI	%	ER	90	90	90	90	90
Combate e Rescaldo	Área ardida/ocorrência	ha/ocorrência	ER	2	2	2	2	2
Vigilância Pós-Incêndio	Área ardida/reacendimento	ha/reacendimento	ER	2	2	2	2	2

Orçamento e responsáveis

Ação	Metas	Responsável	Estimativa de orçamento (€)				
			2019	2020	2021	2022	2023
Sistema de Vigilância e Deteção	1ªs Deteções Postos Vigia	GNR	12000	12000	12000	12000	12000
	1ªs Deteções Equipas DFCI	ER	40000	40000	40000	40000	40000
	Sub-Total		52000	52000	52000	52000	52000
Iª Intervenção	1ªs Intervenções Equipas DFCI	ER	40000	40000	40000	40000	40000
Combate e Rescaldo	Área ardida/ocorrência	ER	55000	55000	55000	55000	55000
Vigilância Pós-Incêndio	Área ardida/reacendimento	ER	55000	55000	55000	55000	55000

Total	202000	202000	202000	202000	202000

Ação	Metas	Responsável	Estimativa de Orçamento (€)					Total
			2024	2025	2026	2027	2028	
Sistema de Vigilância e Deteção	1ªs Deteções Postos Vigia	GNR	12000	12000	12000	12000	12000	120000
	1ªs Deteções Equipas DFCI	ER	40000	40000	40000	40000	40000	400000
	Sub-Total		52000	52000	52000	52000	52000	520000
Iª Intervenção	1ªs Intervenções Equipas DFCI	ER	40000	40000	40000	40000	40000	400000
Combate e Rescaldo	Área ardida/ocorrência	ER	55000	55000	55000	55000	55000	550000
Vigilância Pós-Incêndio	Área ardida/reacendimento	ER	55000	55000	55000	55000	55000	550000

Total	202000	202000	202000	202000	202000	**2.020.000**

4 º EIXO ESTRATÉGICO:

RECUPERAR E REABILITAR ECOSSISTEMAS

4º EIXO ESTRATÉGICO: RECUPERAR E REABILITAR OS ECOSSISTEMAS

A recuperação de áreas ardidas deverá ter em conta o aumento da sua resiliência no futuro devendo ser desenvolvida em dois tempos:

1. Proteção dos recursos e infraestruturas;
2. A médio prazo, dirigido para a requalificação dos espaços florestais dentro dos princípios da Defesa da Floresta Contra Incêndios.

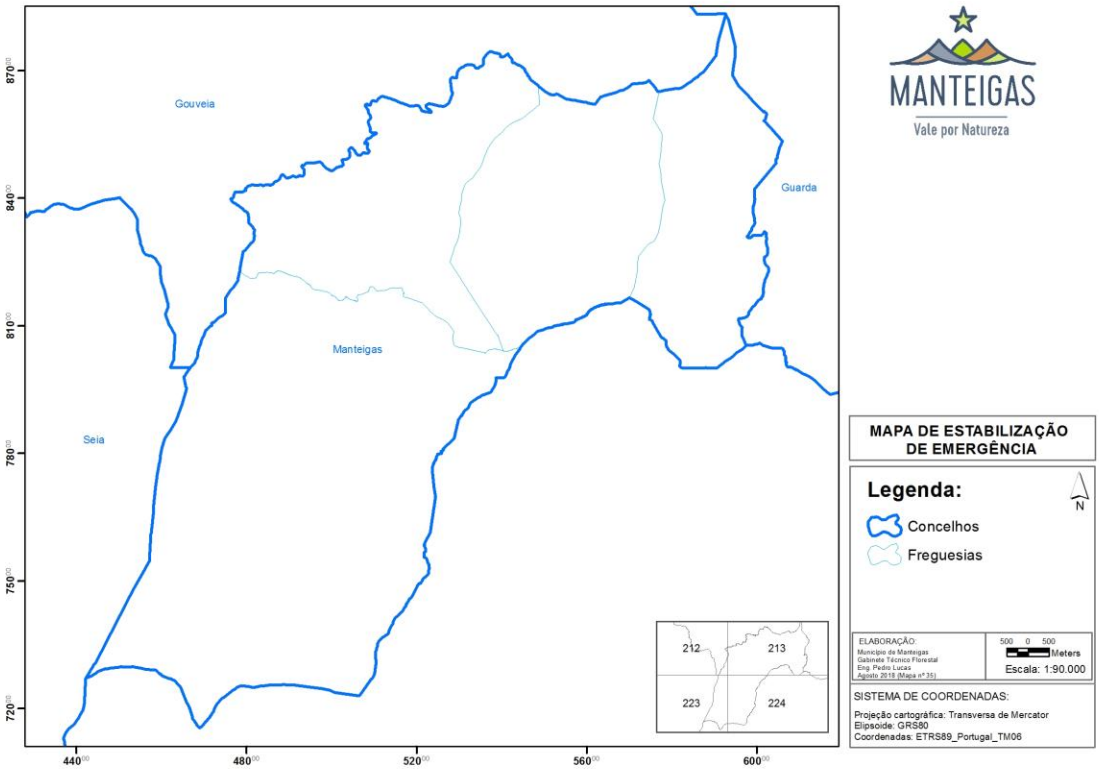
As florestas têm um papel importante nos ecossistemas, sendo uma peça chave na conservação da natureza e da biodiversidade. São ainda uma fonte de matéria-prima renovável e um elemento decisivo na prevenção da erosão, bem como na regularização dos regimes hídricos.

Objetivo estratégico	Recuperar e reabilitar os ecossistemas.

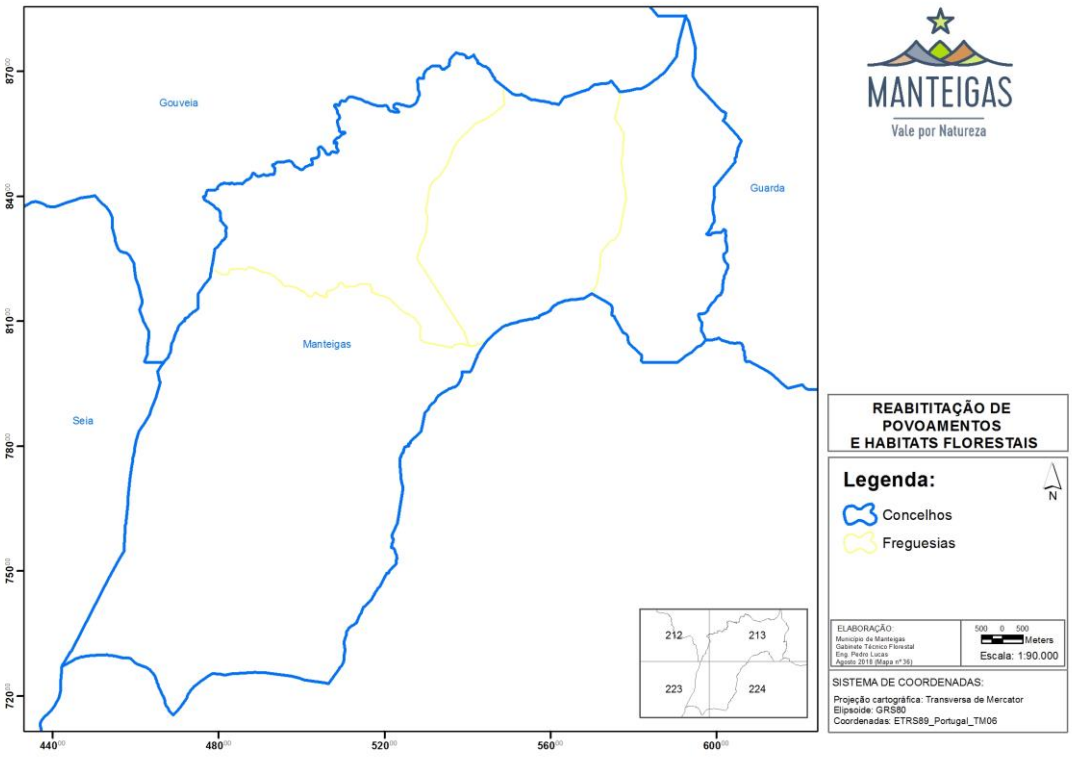
Objetivo operacional	Avaliação e mitigação dos impactes causados pelos incêndios e implementação de estratégias de reabilitação a curto, médio e longo prazo.

Ações	- Avaliar as necessidades potenciais de ações de emergência e de reabilitação para evitar a degradação dos recursos e infraestruturas a curto, médio e longo prazo; - Avaliar a capacidade de recuperação do território municipal em caso de incêndio; - Definição de uma estratégia de recuperação de áreas ardidas.

Estabilização de emergência



Reabilitação de povoamentos e habitats florestais



Planeamento das ações referentes ao 4.º Eixo Estratégico

Estabilização de emergência

Nas intervenções de emergência é importante estabelecer prioridades e tipos de intervenção, em função dos impactes causados pelos incêndios.

Face à situação atual, não estão previstas quaisquer reabilitações de povoamentos e habitats florestais. Contudo, em qualquer altura, e uma vez que o plano não é estático, poderá surgir um caso especifico que tenha necessidade de ser reabilitado.

As áreas ardidas no ano 2005, no Vale Glaciário do Zêzere, e em 2016, nos Covais, ambas na freguesia de São Pedro, aportaram riscos de erosão dos solos e, consequentemente, perda de sedimentos devido à sua topografia. Assim, nos anos que se seguiram a estes incêndios florestais, tomaram-se medidas preventivas antes do início das primeiras chuvas de inverno. Neste tipo de situações devem ser desenvolvidas as seguintes medidas a curto prazo: criação do "efeito barreira", usando toros de árvores irremediavelmente queimadas, que após o seu abate são colocadas de forma horizontal, segundo as curvas de nível, e escoradas por estacas fixas no solo (paliçadas); criação de pequenos muros de suporte nas zonas mais críticas e utilização de sobrantes florestais distribuídos pelas zonas mais a descoberto para minimizar o efeito do impacto direto das gotas no solo nu, minimizando a erosão e promovendo a interceção.

Intervenções de estabilização de emergência pós-incêndio:

Áreas de atuação	Intervenções
Encostas	Abate dirigido para madeira queimada - paliçadas
	Deposição dos restos da exploração pelas empresas de abate no local de corte procurando criar barreiras em curva de nível
	Rompimento da camada do solo repelente à água nos casos onde não tenha ficado qualquer tipo de obstáculo à passagem da água (zonas de mato). Aplicação de ripagem em curvas de nível.
Linhas de água	Limpeza e desobstrução das linhas de água
	Consolidação das margens de linhas de água
	Limpeza e desobstrução das passagens hidráulicas
	Abate de árvores mortas
Infraestruturas	Correção dos escorrimentos superficiais sobre os pavimentos
	Consolidação dos taludes ao longo da rede viária

Áreas de atuação	Ações	Responsáveis e participantes
Encostas	Sementeira de espécies herbáceas para cobertura do solo	Município ICNF Conselhos Diretivos dos Baldios APA
	Aplicação de resíduos orgânicos como palha ou estilha de madeira	
	Construção de barreiras utilizando toros de madeira	
	Rompimento da camada do solo repelente à água, incluindo execução de vala e cômoro segundo as curvas de nível	
Linhas de água	Limpeza e desobstrução dos leitos	
	Consolidação das margens	
	Obras de correção torrencial, incluindo pequenos açudes para retenção de sedimentos	
	Limpeza e desobstrução de passagens hidráulicas	
Infraestruturas	Correção dos escorrimentos superficiais sobre os pavimentos	
	Consolidação dos taludes	
	Corte e remoção de árvores caídas sobre os caminhos	

Reabilitação de povoamentos e habitats florestais

As medidas propostas para a reabilitação de povoamentos e habitats florestais passam por remover a madeira morta da área em questão e promover a reflorestação da mesma, de forma a fixar os solos e a promover a riqueza ecológica, paisagística e económica do local afetado.

Proposta de medidas minimizadoras da erosão nas encostas do Vale do Zêzere

Na sequência dos incêndios ocorridos no Perímetro Florestal de Manteigas, no ano 2005 e em 2016, que atingiu encostas de elevada instabilidade e pendente, constituídas por material de fácil erosão quando sujeito à ação dos agentes hídricos, surgiu a preocupação de garantir a segurança da rede viária, e de diminuir a previsível erosão e lixiviação dos nutrientes do solo, já por si débeis e pouco profundos.

As medidas propostas, tendo por base o diagnóstico, pretenderam essencialmente:

- Melhorar a drenagem a montante;
- Ancorar sedimentos;
- Preencher os espaços vazios através da proteção e revestimento da superfície.

Todas as medidas urgiam pela sua implementação, que pela sua natureza se prolongam no tempo. A possibilidade de um 2º incêndio ocorrer nas mesmas áreas traria consequências desastrosas, podendo inviabilizar a sua possível recuperação. Este aspeto não pode ser descurado, devendo ser garantida uma vigilância cuidada deste território. Os Planos de Atividades das Equipas de Sapadores Florestais que operam no concelho deverão incluir ações que vão de encontro à recuperação destas áreas.

Incêndios dos Covais/Mata do Cabeço Alto (30 de julho de 2016)

No âmbito da reabilitação de povoamentos e habitats florestais devem ser executadas as seguintes operações:

Ações	Responsáveis e participantes
Remoção do material lenhoso ardido	Município ICNF Conselhos Diretivos dos Baldios APA
Seleção de rebentos ou varas	
Correção de densidades excessivas	
Desbastes seletivos	
Aproveitamento de regeneração natural	
Rolagem	
Adensamento	
Desramação e podas	

Tratamentos fitossanitários	
Instalação de elementos de descontinuidade, como faixas de gestão de combustíveis, faixas de arvoredo de alta densidade e vegetação ripícola nas faixas de proteção às linhas de água	
Instalação de espécies protegidas ou como valor de conservação	
Restauro do fundo de fertilidade do solo (instalação de culturas de cobertura, correção e fertilização)	
Construção e beneficiação da rede viária e divisional	
Instalação de protetores individuais e de cercas de proteção em relação à ação do gado e fauna selvagem	

5 º EIXO ESTRATÉGICO:

ADOÇÃO DE UMA ESTRUTURA ORGÂNICA FUNCIONAL E EFICAZ

5º EIXO ESTRATÉGICO: ADOÇÃO DE UMA ESTRUTURA ORGÂNICA FUNCIONAL E EFICAZ

Esta estratégia assenta na proteção das pessoas e dos seus bens, dos espaços florestais e do ambiente, prevenindo as situações que os ponham em perigo ou limitando as consequências dessas ocorrências. O nível Municipal deverá ser o alicerce de toda uma política de prevenção de proteção e socorro. O nível Distrital constitui-se como um patamar de um Comando Operacional único, profissional e permanente, garantindo, entre outras, a coordenação de todas as operações de socorro e assistência no Distrito, com reflexo ao nível Nacional.

Objetivo estratégico	Operacionalizar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

Objetivo operacional	Fomentar as operações de DFCI e garantir o necessário apoio técnico e logístico.

Ações	- Identificar as entidades intervenientes no SDFCI, explicitando as suas competências na implementação das diferentes ações; - Planificar a formação das entidades intervenientes no SDFCI; - Promover a articulação entre as entidades intervenientes no SDFCI, visando a melhoria qualitativa da informação contida no POM; - Promover a harmonização dos conteúdos do PMDFCI/POM, nas regiões de fronteira com os concelhos vizinhos; - Elaboração do cronograma de reuniões da CMDF; - Estabelecer a data de aprovação do POM; - Explicitar o período de vigência do PMDFCI.

Para que os objetivos de Defesa da Floresta Contra Incêndios sejam alcançados, importa garantir que as entidades intervenientes neste município, e com competências ao nível dos diferentes eixos estratégicos do PMDFCI, se articulem entre si de uma forma eficaz e eficiente. No concelho de Manteigas, tendo em conta as diferentes organizações e organismos que nele atuam, a CMDF apresenta-se com a seguinte composição:

- O Presidente do Município de Manteigas ou seu representante;
- Os Presidentes das 4 Freguesias do concelho ou os seus representantes;

- Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) – CPE e responsável técnico pela co-gestão dos Baldios;
- Guarda Nacional Republicana;
- Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Manteigas;
- Conselhos Diretivos dos Baldios do concelho de Manteigas;
- Infraestruturas de Portugal, S.A.;
- Instituto da Mobilidade e Transportes, I.P.;
- EDP Distribuição – Energia, S.A.;
- Professor José Massano Monteiro (Escola Superior Agrária de Castelo Branco).

Formação

→ Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios de Manteigas:

ENTIDADE	Nº DE ELEMENTOS	NECESSIDADES FORMATIVAS
Município de Manteigas	1	a indicar
Freguesia de Sameiro	1	a indicar
Freguesia de Santa Maria	1	a indicar
Freguesia de São Pedro	1	a indicar
Freguesia de Vale de Amoreira	1	a indicar
Bombeiros Voluntários de Manteigas	1	a indicar
Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas	2	a indicar
Guarda Nacional Republicana	1	a indicar
Infraestruturas de Portugal, S.A.	1	a indicar
Instituto da Mobilidade e Transportes, I.P.	1	a indicar
EDP Distribuição – Energia, S.A.	1	a indicar
Ass. de Compartes da Freguesia de Santa Maria	1	a indicar
Ass. de Compartes da Freguesia de São Pedro	1	a indicar
Professor José Massano Monteiro (ESAIP CB)	1	a indicar

Organização do Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios (SDFCI)

Entidades		Prevenção estrutural			Prevenção				Combate			
		Planeamento DFCI	Organização do território, silvicultura e infraestruturas	Sensibilização e divulgação	Vigilância e patrulham.	Deteção	Fiscalização	Investigação de causas	1.ª intervenção	Combate	Rescaldo	Vigilância pós-incêndio
ICNF	*Subdirecção de DFCI*	**nac/dist/mun**		**nac/mun/loc**								
	Núcleos florestais	**reg/loc**										
	Equipas de 1.ª intervenção											
	Departamentos/gestão florestal	**loc**		**reg/loc**								
	Vigilantes da natureza			**reg/loc**								
Indústrias florestais	*Aliança Florestal, Silvicaima*	**loc**										
	AFOCELCA (meios aéreos e equipas de 1.ª intervenção)											
Município	*CMDFCI/GTF*	**mun**		**mun/loc**								
	Outros serviços municipais			**mun/loc**								
Freguesias		**loc**		**loc**								
Exército	*Sapadores especiais do Exército*											
	Engenharia militar											
	Outras unidades											
Equipas de sapadores florestais												
GNR	*GIPS*			**loc**								
	SEPNA			**loc**								
	Comando Territorial da Guarda											
ANPC	*CNOS/meios aéreos*	**nac**		**nac**					**nac**	**nac**	**nac**	**nac**
	CDOS	**dist**							**dist**	**dist**	**dist**	**dist**
	Equipas de combate a incêndios											

Corpos de bombeiros			**mun/loc**								

Legenda das siglas		Legenda das cores	
Nível Nacional	nac	Sem intervenção significativa	
Nível Regional	reg	Com competências significativas	
Nível Distrital	dist	Com competências de coordenação	
Nível Municipal	mun		
Nível Local	loc		

Estimativa de orçamento destinado à formação dos elementos da CMDFCI:

	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	Total
Orçamento (estimativa)	€250	€250	€250	€250	€250	€250	€250	€250	€250	€250	**€2500**

A CMDFCI tem o apoio técnico do Gabinete Técnico Florestal do Município de Manteigas:

GABINETE TÉCNICO FLORESTAL
Pedro Lucas (Engenheiro Florestal)

A Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios reúne 2 vezes por ano e sempre que necessário:

Reuniões da CMDF	1º semestre	2º semestre
1ª	X	
2ª		X

→ O POM será anualmente revisto entre os dias 15 e 30 de Abril.

→ A CMDFCI elaborou e aprovou o presente PMDFCI para um período de 10 anos, compreendido entre 2019 e 2028, com revisão anual ou sempre que necessária.

→ A CMDFCI monitoriza o desenvolvimento das ações previstas nos programas de ação do PMDFCI.

→ No final de cada ano será elaborado um relatório com o balanço/monitorização relativo à execução do PMDFCI, para apreciação em sede de CMDFCI.

→ O PMDFCI estará disponível, para consulta, na página de Internet do Município, no Gabinete Técnico Florestal e será divulgado nos meios de comunicação locais.

Orçamento total

Eixos estratégicos	Estimativa de orçamento total (€)										
	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	Total/eixo
1º Eixo Estratégico	1051182	1059409	917686	1048108	969387	901497	1072618	955148	940148	1130594	**10.045.776**
2º Eixo Estratégico	650	1150	1650	1650	1650	1650	1650	1650	1650	1650	**15.000**
3º Eixo Estratégico	202000	202000	202000	202000	202000	202000	202000	202000	202000	202000	**2.020.000**
4º Eixo Estratégico	0	0	0	0	0	0	0	0	0		**0**
5º Eixo Estratégico	250	250	250	250	250	250	250	250	250	250	**2.500**
Total/ano	**1254081,7**	**1262809,1**	**1121586,2**	**1252007,8**	**1173287,4**	**1105397,1**	**1276517,8**	**1159047,7**	**1144047,7**	**1334493,7**	**12083276,2**

Total PMDFCI 2019-2028	**€12.083.276,20**

4

CARTOGRAFIA DE PORMENOR